

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SIRLENE FAGUNDES DALL'IGNA

**A EMANCIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DE BOM JESUS-SC E SEUS  
EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-graduação em Geografia como  
um dos requisitos para a obtenção do  
título de mestre em Geografia.  
Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio  
Saquet

FRANCISCO BELTRÃO  
2011

Sirlene Fagundes Dall'Igna

**A EMANCIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DE BOM JESUS-SC E SEUS  
EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Oeste do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

FRANCISCO BELTRÃO  
2011

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela presença constante em minha vida, principalmente, nos momentos em que pensei ser impossível terminar esta jornada.

Ao meu esposo, pela compreensão de minha ausência e por compartilhar dos meus sonhos e ideais.

Aos meus queridos filhos, que muitas vezes abdicaram de minha presença e companhia.

Aos meus queridos amigos, que foram solícitos e que compartilharam deste sonho comigo, do início ao fim.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Marcos Aurélio Saquet pelas valorosas intervenções em minha pesquisa, as quais foram importantes para a finalização desta dissertação.

A todos aqueles que cooperaram para que esta pesquisa fosse concretizada com êxito.

Muito Obrigado.

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta como objetivo principal avaliar em que grau a emancipação do município de Bom Jesus-SC, possibilitou condições viáveis ao desenvolvimento local. Deste modo, propõe-se uma avaliação do movimento de emancipação, compreendido como uma estratégia para o desenvolvimento, ressaltando as motivações, objetivos e os atores envolvidos no processo. Ao mesmo tempo, pretendemos analisar a atuação do Estado, da gestão pública local e da sociedade civil, a fim de verificar as ações direcionadas à transformação social, econômica, cultural, ambiental e política no município em questão. Além disso, verificamos o grau de satisfação da população local quanto às melhorias ocorridas após a emancipação, enfatizando a participação da mesma nos espaços de discussão, elaboração e execução de programas e políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento local. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica, coleta e tratamento de dados secundários, coleta de informações históricas e realizamos entrevistas com moradores do local.

**Palavras-chave:** Emancipação. Gestão pública. Políticas públicas. Desenvolvimento local.

## **ABSTRACT**

This research presents as main objective to analyze in what degree the emancipation of Bom Jesus – SC city, made possible conditions viable to the local development. In this way, an evaluation of the movement of emancipation is considered, understood as a strategy for the development, stand out the involved motivations, objectives and actors in the process. At the same time, we intend to analyze the performance of the State, the local public administration and the civil society, in order to verify the directioned actions to social, economic, cultural, ambient and politic in the city in question. Moreover, we verified the degree of satisfaction of the local population how much to the occurred improvements after the emancipation, emphasizing the participation of the same one in the quarrel spaces, elaboration and execution of programs and public politics tied with the local development. For such, we carried through bibliographical research, collect and data handling secondary collection of historical information and we carry though interviews with inhabitants of the place.

**Word-key:** Emancipation. Public administration. Public politic. Local development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Foto 1</b>	Estabelecimento Comercial - 1950	p.32
<b>Foto 2</b>	Estabelecimento Comercial-2010	p.32
<b>Foto 3</b>	Serraria Beltier - 1957	p.33
<b>Foto 4</b>	Vila de Bom Jesus - 1790	p.35
<b>Foto 5</b>	Marmoraria Folle	p.40
<b>Foto 6</b>	Madeira Vinícius	p.41
<b>Foto 7</b>	Empresa Bonjeplast	p.41
<b>Foto 8</b>	E. M. de Ensino Fundamental Gilberto Tavares	p.67
<b>Foto 9</b>	Creche Municipal Fada Madrinha	p.67
<b>Foto 10</b>	Frota do Transporte Escolar	p.69
<b>Foto 11</b>	Posto de Saúde - 2000	p.73
<b>Foto 12</b>	Posto de Saúde - 2010	p.74
<b>Foto 13</b>	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	p.76
<b>Foto 14</b>	Conjunto Habitacional - 2000	p.78
<b>Foto 15</b>	Conjunto Habitacional - 2007	p.78
<b>Foto 16</b>	Praça Pública Municipal - 2006	p.92
<b>Foto 17</b>	Praça Pública Municipal - 2010	p.93

## LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

<b>Gráfico 1</b>	Crescimento dos Municípios no Brasil	p.20
<b>Gráfico 2</b>	Índice de Avaliação da População Pós-Emancipação	p.82
<b>Gráfico 3</b>	Área Indicadas Pelos Entrevistados para Melhorias	p.90
<b>Quadro 1</b>	Indústria e Estabelecimentos Comerciais de Bom Jesus - 1995	p.37
<b>Quadro 2</b>	Indústrias e Estabelecimentos Comerciais - 2000, 2005 e 2008	p.39
<b>Quadro 3</b>	Educação – Média Mensal de Atendimentos - 2005	p.68
<b>Quadro 4</b>	Educação – Média Mensal de Atendimentos - 2008	p.69
<b>Quadro 5</b>	Aplicação Bimestral em Educação - 2010	p.71
<b>Quadro 6</b>	Saúde – Média Mensal de Atendimentos – 2005	p.72
<b>Quadro 7</b>	Saúde – Média Mensal de Atendimentos – 2008	p.72
<b>Quadro 8</b>	Assistência Social - Média Mensal de Atendimentos – 2005	p.74
<b>Quadro 9</b>	Assistência Social Média Mensal de Atendimentos – 2008	p.75
<b>Quadro 10</b>	Obras e Urbanismo – Média Mensal de Atendimentos – 2008	p.76
<b>Quadro 11</b>	Habitação – Atendimentos – 2000	p.77
<b>Quadro 12</b>	Habitação – Atendimentos – 2008	p.77
<b>Quadro 13</b>	Despesas Liquidadas - 2010	p.85

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1** Localização de Bom Jesus – SC p.30
- Mapa 2** Limites e Comunidades de Bom Jesus – SC p.36

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AIKA</b>	Associação Indígena Kanhru
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>IBAM</b>	Instituto Brasileiro de Atendimento aos Municípios
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDH-M</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>LDB</b>	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PNDA</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>TDR</b>	Territorialização/Desterritorialização/Reterritorialização

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	3
<b>RESUMO</b> .....	4
<b>ABSTRACT</b> .....	5
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	6
<b>LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS</b> .....	7
<b>LISTA DE MAPAS</b> .....	8
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	9
<b>SUMÁRIO</b> .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I</b> .....	14
<b>DA ORIGEM DO MUNICÍPIO ÀS EMANCIPAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS NO BRASIL</b> .....	14
1.1 MUNICÍPIO: CONCEITO E ORIGEM.....	14
1.2 AS EMANCIPAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NO BRASIL.....	20
1.3 O MUNICÍPIO DE BOM JESUS – SC .....	25
1.3.1 Histórico do Município de Bom Jesus.....	25
1.3.2. Caracterização de Bom Jesus.....	35
1.3.3 Motivos da emancipação político - administrativa de Bom Jesus-SC.....	42
<b>CAPÍTULO II</b> .....	46
<b>GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO</b> .....	46
2.1 GESTÃO PÚBLICA E AUTONOMIA MUNICIPAL.....	46
2.2. AS DIMENSÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO.....	49
2.3. TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DO ESTADO .....	56
<b>CAPÍTULO III</b> .....	66
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE BOM JESUS APÓS A EMANCIPAÇÃO</b> .....	66
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	80
<b>AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA E A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....	80
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
<b>APÊNDICES</b> .....	105
<b>APÊNDICE I</b> .....	106
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTAS</b> .....	106
<b>APÊNDICE II</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

A sociedade atual se apresenta repleta de particularidades representadas por contrastes regionais, onde o território apresenta características distintas, tanto em âmbito social, quanto econômico, político e cultural, que se territorializam no espaço geográfico.

Badalotti (1997) construiu uma concepção de território compartilhando das noções propostas por alguns autores. A autora conceitua o território como sendo o “espaço vivido de representações coletivas e individuais, onde papéis e posições sociais são acionadas estabelecendo redes de relações sociais” (BADALOTTI, 1997, p. 8). De acordo com Bettanini (1982), estudar o território vivido significa superar a dimensão do espaço-extensão, ou suporte de atividades, para acolher a noção de representação do espaço. A representação que temos do espaço é geralmente produzida pelas ações, valores e ideologias. É a partir das relações que nele se estabelecem que podemos verificar o significado que os sujeitos dão ao seu território.

Essas representações não acontecem por acaso. São pensadas e planejadas pelos atores políticos e sociais. Um processo de emancipação territorial, por exemplo, é “antes de tudo um projeto político que tem por objetivo conquistar e garantir um espaço de representação, ou seja, a unidade municipal” (BADALOTTI, 1997, p.9).

A realidade e a representação não estão separadas. É através da classificação das representações que teremos uma noção acerca do que querem dizer as lutas e reivindicações regionais. Para percebermos as lutas na prática social, devemos verificar os princípios de divisão que, ao mesmo tempo em que deixam claros os limites de pertencimento, deixam claras as noções que possibilitam essa divisão. São estes princípios, portanto, que realizam o sentido e o consenso sobre a identidade e a unidade.

Por outro lado, as justificativas para as emancipações político- administrativas estão baseadas em questões legais (Constituição Federal de 1988 e Estadual de 1999), bem como nas reivindicações visando descentralizações políticas, no sentido da autonomia na gestão de recursos em nível local.

Analisar o município exige uma análise não somente do que está dado de concreto, mas também sobre o que se encontra nos meandros do objeto de estudo, ou seja, das representações, significados, sentidos e percepções.

A maior parte dos municípios brasileiros é de pequeno porte. Dos 5.565 municípios, 4.464 deles têm menos de 20.000 mil/habitantes (IBGE, 2007); inúmeros não dispõem de condições socioeconômicas e ficam normalmente na dependência dos recursos de outras esferas de Governo, mantendo uma autonomia limitada.

A partir desta problemática, definimos uma perspectiva de verificar a implantação de determinadas infra-estruturas (educação, saúde, saneamento básico e outras) no município de Bom Jesus – SC, questionando se estas implantações ocasionaram determinado desenvolvimento à população local.

Assim, nosso objetivo geral é identificar em que proporção a emancipação político-administrativa de Bom Jesus-SC (1995) possibilitou a implantação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e quais os principais efeitos provocados.

E como objetivos específicos definimos: Descrever a trajetória do processo de colonização e emancipação do município de Bom Jesus-SC; Identificar as razões que levaram a população e a comissão emancipacionista a reivindicar tal processo; Identificar o grau de satisfação da população local em relação às políticas públicas municipais implementadas no município e avaliar a conjuntura do desenvolvimento local resultante do processo de emancipação.

Para se garantir a cientificidade de um processo de pesquisa, é necessário que o mesmo obedeça a critérios metodológicos que levem à sua efetivação. Neste sentido, a pesquisa ora proposta caracterizar-se-á, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva, levantando as características do processo em questão a partir da coleta dos dados na pesquisa de campo.

Quanto à metodologia de trabalho, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, buscando a significação do desenvolvimento na emancipação político-administrativa do município, na tentativa de traduzir as informações obtidas em campo em informações que facilitem a compreensão dos fenômenos estudados.

Nossa pesquisa foi organizada em dois momentos: o primeiro foi o de pesquisa bibliográfica acerca da temática, para, a partir daí, coletar dados de campo, por meio de entrevistas envolvendo pessoas de diversas categorias sociais quanto às representações que têm em relação ao desenvolvimento local. Também

coletamos dados no acervo documental da prefeitura municipal. Entrevistamos os munícipes, os quais são pessoas ligadas à história do município e também fizeram parte do processo de emancipação. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro previamente definido.

Apresentamos os resultados obtidos em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordamos teoricamente a origem dos municípios e as emancipações político-administrativas no Brasil, seguindo da descrição sobre o histórico e caracterização do município de Bom Jesus-SC, conjuntamente, com os motivos que induziram a emancipação.

No segundo capítulo, abordamos os assuntos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento local, quais sejam: gestão pública e desenvolvimento; as dimensões sociais de desenvolvimento; território sociedade e desenvolvimento; como também o papel do Estado no desenvolvimento local. No terceiro capítulo, procedemos à análise dos dados das políticas públicas efetuadas após a emancipação, dados estes coletados através de órgãos da administração pública municipal, evidenciando a teoria e as práticas.

Por fim, no último capítulo, descrevemos uma análise sobre a realidade de Bom Jesus-SC no contexto atual, destacando a análise das condições socioeconômicas a partir da avaliação dos cidadãos entrevistados a respeito das melhorias após emancipação e dos serviços públicos oferecidos pelo município atualmente, na tentativa de compreender a atuação do Estado no desenvolvimento local. Nestas entrevistas buscou-se coletar informações de inúmeras pessoas da sociedade local, com intuito de ampliar a visão sobre o tema em estudo.

# CAPÍTULO I

## DA ORIGEM DO MUNICÍPIO ÀS EMANIPAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS NO BRASIL

### 1.1 MUNICÍPIO: CONCEITO E ORIGEM

Segundo o Instituto Brasileiro de Atendimento aos Municípios (IBAM, 2005), o município brasileiro como núcleo político-administrativo, tem sua origem no modelo dos romanos. As regiões que passavam a serem conquistadas por eles, conseqüentemente, eram remetidas a um processo de administração. Como a Península Ibérica fora uma dessas regiões, esta prática foi também adotada pelo Brasil - Colônia.

A expansão do Império Romano, através da força militar e conquista do espaço, teve um caráter estratégico. Não era possível controlar tudo e a todos devido à distância dos territórios e, até mesmo, pela dificuldade de se chegar até os mesmos.

Segundo Castro (2009, p. 125),

No Império Romano criou-se um sistema mais complexo e descentralizado de partilha territorial das divisões administrativas e de funções que afiançava a presença da autoridade central nas localidades, mesmo as mais distantes, isso facilitava a cobrança de impostos e execução das leis elaboradas pelo governo imperial.

A manutenção e o poder sobre o território local resultavam em uma permuta da sujeição, do amor e da fiel obediência às Leis Romanas, ou seja, ao Senado, por alguns privilégios, como o direito ao comércio, ao matrimônio e a eleição de governantes para suas cidades. Era uma hierarquia de obediência. Quanto mais sujeição demonstrasse mais autonomia o município adquiria. Aqueles que não obedeciam a todas as regras não tinham direito ao voto.

Já na época se percebia certa descentralização de poder. Um colegiado administrava o município, sendo composto de dois ou quatro magistrados com plenos poderes, pelos servidores auxiliares, arrecadador de impostos, curador ou fiscal de serviços públicos. Todos, impreterivelmente, eram auxiliares do colegiado. A legislação sobre o território municipal era feita por um conselho (*cúria*)

*ou ordo decuriorum*), que era escolhido dentre os cidadãos periodicamente de cinco em cinco em anos e com funções semelhantes aos do senado, no modelo brasileiro de hoje. (IBAM, 2009)

Com o passar do tempo, os *bárbaros* voltaram a controlar seus antigos territórios, e a lei municipal foi sofrendo ao logo da história muitas modificações, mesmo assim, Júlio César enquanto no poder, estendeu este modelo de administração à França, Espanha e Portugal, na Península Ibérica, dentre outros, através da Lei Municipal Júlia (*Lex Julia Municipalis*).

O município emerge como parte integrante de um determinado território e agente facilitador de políticas direcionadas para a população local, com certo nível de autonomia e funções administrativas, políticas e legislativas sobre o espaço territorial a que estava inserido.

Segundo Meireles (*apud* IBAM, 2005, p. 01),

O município é a circunscrição do território do Estado na qual cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, de trabalho e de tradições vivem sob uma organização livre e autônoma, para fins de economia, a administração e cultura.

Conforme os dados do IBAM (2005), no Brasil, o primeiro povoado a receber um modelo de administração municipal foi à vila de São Vicente, em 1532. Os lusitanos, através das ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, exerceram a regência do Brasil. Entretanto, as primeiras vilas com poder municipal eram subjugadas pelo poder centralizador das capitânicas.

Os desmandos eram tanto do poder mandatário vigente na época, ou seja, das “capitânicas” e dos municípios, através de suas câmaras municipais, sempre lutaram e buscaram autonomia administrativa da metrópole elitista lusitana. Muitas vitórias foram conseguidas com o apoio da igreja, com enfrentamento direto aos donatários, e assim criaram-se muitas vilas em desafio à coroa portuguesa, tais como Parati, Campos, Pindamonhangaba, são alguns casos registrados de força e determinação do povo pela independência municipal.

Durante o Período Imperial, havia certa dificuldade pela inércia e pelo isolamento das câmaras municipais, onde estas não dispunham de total autonomia para definir seus próprios projetos. Uma lei regulamentar de 1º de outubro de 1824, inspirada na França de Napoleão, transformou os municípios ou

suas câmaras, em meras corporações administrativas, deixando-os imobilizados e sem ações dinâmicas para o desenvolvimento.

Com o fim do Império e proclamação da República (1889), novamente os municípios não conseguiram sair do imobilismo que se encontravam. A dominação que os Estados exercem neste período é tanta, que ultrapassa até mesmo o poder da União enquanto poder político e administrativo. Até 1926, durante toda a República Velha, o município ficou sujeito aos interesses do Estado, sem caminho e metas definidas. (IBAM, 2005)

De acordo ainda com o texto do IBAM, até mesmo a 1ª Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891 não oferecia o devido respaldo em relação ao município. Somente em 1926, com a reforma constitucional, os abusos cometidos foram estancados. A Constituição passa à União o direito de proteger e intervir na autonomia municipal. Na concepção do Estado Moderno, então instituído, “a centralidade territorial do poder político só foi possível pela submissão e controle do território” (CASTRO, 2009, p.37)

Esta relação conflituosa entre Município e União, permanece até os dias atuais, época de globalização e desterritorialização. Existem municípios que podem ser considerados países, decorrentes da imensa extensão territorial e elevada concentração populacional, e outros que são pequenas vilas formadas por algumas casas e famílias. Segundo Moura (2009, p. 18), dos 5.565 municípios brasileiros, 78% possuem menos que 25 mil habitantes, segundo a contagem da população de 2007, realizada pelo IBGE, sendo que 54% está na classe de população entre 5 e 25 mil habitantes e 24% naquela com menos de 5 mil habitantes. Neste cenário, o Brasil se apresentava como um único território, país, posteriormente este mesmo território é dividido em vários estados e por último os estados divididos em municípios. Um território que se fragmenta para depois ser reorganizado, de forma que seja administrado para o interesse e bem estar de toda a população. Um “quadro” que demonstra que o Brasil tornou-se território, se desterritorializou, para então ser reterritorializado novamente.

No entanto, segundo a Constituição Federal (1988), “o município é uma unidade territorial, com autonomia política, administrativa e financeira”, isso independe de *status* político, demográfico, econômico e extensão territorial que esse município possua. Nesta perspectiva, o que se evidencia é a relação que a população local, o poder e o território emanam.

Neste sentido, Raffestin (1993) argumenta que sem a população, o território se resume apenas a uma potencialidade; é ela que determina as relações que serão realizadas no território. Pressupõe, assim, pensar que ela é o foco dos interesses de vários agentes políticos, uma vez que transforma o território através do trabalho e manipula os recursos naturais. São por meio das relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas no território que se efetivaram as relações de poder.

Todavia, o Estado<sup>1</sup>, enquanto organizador do território, elabora e promove ações que possibilitam que as relações estabelecidas sejam gerenciadas por agentes políticos pertencentes ao local ou mais próximos da população. Porém, isso não quer dizer que suas ações são desenvolvidas e alcançadas na mesma uniformidade para todas as partes do território e para todas as pessoas de cada município.

As ações do Estado não podem ser apenas de ordem política, precisam ser também de ordem econômica e social. As ações do Estado devem assegurar as condições econômicas de produção e as condições sociais e culturais, na medida em que a instância econômica não possui todas as condições desta reprodução (ALBA, 2002). Assim, o Estado, no contexto dos municípios, poderia passar de gerenciador a empreendedor, fazendo com que a permanência da população local se efetive através de políticas públicas que garantam as condições básicas para uma vida de qualidade.

Os atores sociais, instituídos juntamente com o território, são os mesmos que formulam políticas de desenvolvimento local, com o poder que lhes é conferido pela própria população estabelecida em cada município. O desenvolvimento pode ocorrer em determinadas regiões do território, não se configurando em um total desenvolvimento territorial. Isso explicaria o desenvolvimento de certos locais nos grandes centros urbanos, enquanto em outros não se configura o desenvolvimento no mesmo nível.

Pensar em desenvolvimento, local ou regional, exige uma visão na melhoria das condições de vida da população e não apenas olhar sobre o ângulo da economia. As concepções de desenvolvimento sempre foram baseadas nos

---

<sup>1</sup> De acordo com Höfling (2001), o *Estado* pode ser considerado como o conjunto de instituições permanentes - como órgãos legislativos, tribunais, exércitos e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente - que possibilitam a ação do governo, o qual é entendido como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo.

aspectos econômicos, pensados pelos atores sociais como sendo um “caminho” para a elevação da qualidade de vida de uma sociedade.

Tal visão não deixa de ter certa coerência. No entanto, desenvolver a economia requer desenvolver e pensar na população, em todos os aspectos plausíveis, sendo eles econômicos, políticos, culturais e naturais.

Souza (1995) refere-se a estratégias pensadas no desenvolvimento não meramente econômico-social, mas em estratégias que contribuam para uma justiça social mais efetiva, sem pensar apenas no crescimento econômico e tecnológico. O desenvolvimento pode e deve ter uma distribuição por igual em um território, onde a justiça social seja alcançada por todos; dessa forma o poder não fica centralizado em alguns atores sociais em detrimento de outros.

Saquet (2007) comenta que as relações de poder são um comportamento indispensável na efetivação de um território. Nesta concepção, o território se afirma sobre uma visão de poder pré-estabelecida. Se pensarmos num espaço abstrato, sem nenhuma interferência humana, não haverá relação de poder ou dominação; é a partir do momento que se inicia o processo de formação do território, como a formação de um município, que se estabelecem relações de poder, o poder é inerente às relações sociais.

Ainda Saquet (2007), nos remete a pensar numa concepção territorial de desenvolvimento que considere as diferentes características de cada município, ou seja, os processos econômicos, políticos, culturais e naturais. As políticas públicas e ações precisam ser direcionadas para atender os anseios e as necessidades da população local de maneira multidimensional, contribuindo para reordenar as relações de poder, valorizando a participação popular.

A criação de municípios no Brasil é, sem dúvida, desenho de um cenário onde o poder se concretiza, geralmente a formação e legalização deste território, ocorrem através de sujeitos políticos interessados em efetivarem o poder por meandros da administração do poder público. Há um conjunto de normas e relações sociais instituídas com a criação de novos municípios.

Todos os municípios possuem *status* e estatuto legal “idêntico” ao atributo das grandes concentrações de um milhão de habitantes ou mais, que constituem, sobretudo, os grandes centros urbanos brasileiros, todos possuem administração pública, ou seja, certa autonomia municipal gerenciada pelo Estado. Há um grande

disparate neste quesito, porque leis que regem uma pequena vila com *status* de cidade, são as mesmas que regem os grandes espaços urbanos (VEIGA, 2003).

No Brasil, o termo cidade surge em 02 de março de 1938, no governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei 311 que determina que “a sede do município tem a categoria de cidade” (VEIGA, 2003, p. 62).

O processo de formação de municípios no Brasil pode ser analisado em diferentes períodos históricos, conforme descrito anteriormente. Todavia, a cada período histórico a criação de novos municípios foi resultado de interesses políticos e econômicos. Neste contexto, Veiga (2003, p. 67) considera o Brasil entre os países mais “atrasados do mundo do ponto de vista estrutural”. Legalizam-se os municípios na intenção de promover determinado desenvolvimento, entretanto, pouco se analisa se as estruturas instaladas serão suficientes para promover o desenvolvimento: o importante é alargar os espaços de comando, seja ele de poder político ou econômico, processo inerente à expansão capitalista, ou seja, não há planejamentos estratégicos.

Moro afirma que,

No capitalismo contemporâneo brasileiro, os municípios competem predatoriamente entre si, procurando atuar com um papel mais efetivo na atração de atividades geradoras de novos empregos, oferecendo subsídios, vantagens fiscais, ações regulatórias e recursos públicos para o desenvolvimento de infra-estrutura. Nessa atuação, abstraem-se as regularidades e governam-se as excepcionalidades com os objetivos imediatos, sem uma visão de longo prazo (2006, p. 39).

A elaboração e implementação do pensamento liberal de desenvolvimento ganhou conotação de desenvolvimento econômico, em que a racionalidade da organização social gira em torno dos lucros econômicos.

Para Castro (2009, p. 134),

A escala municipal é, portanto significativa do fazer político no espaço e oferece um vasto campo para a geografia política contemporânea que vai desde a visibilidade de um espaço político de ação das organizações da sociedade civil até as decisões concretas que resultam em políticas públicas que impactam o território e a vida do cidadão.

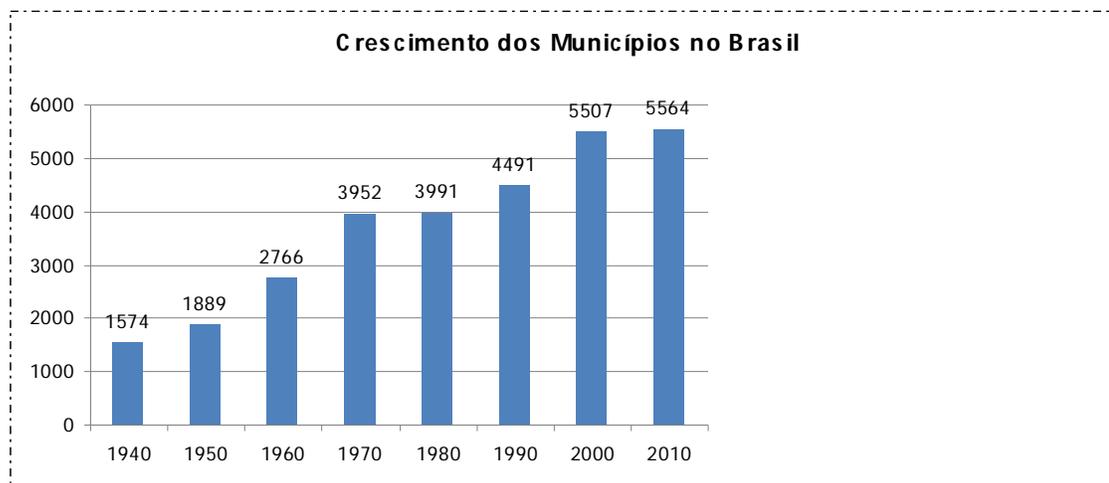
Com a criação dos municípios a população sentiu-se mais próxima do poder público, já que, a visão de município é a de autonomia e soberania nas decisões que

dizem respeito à sociedade civil. O território municipal pode gerar a sociedade civil ares de pertencer a um espaço adquirido e transformado por ações culturais, sociais e econômicas próprias.

A representação que temos do espaço é, geralmente, produzida pelas ações, valores e ideologias. É a partir das relações que nele se estabelecem que podemos verificar o significado que os sujeitos dão ao território, sejam em termos locais ou globais.

## 1.2 AS EMANCIPAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NO BRASIL

A questão emancipacionista brasileira vem de longo tempo. Embora existam estudos há muito que se pesquisar. Ao longo da história brasileira houve um demasiado crescimento do número de municípios, o que pode ser observado no Gráfico 1, em algumas épocas um número elevado, em outra em menor número, entretanto este crescimento foi sempre de maneira ascendente.



Fonte: IBGE - 2010

Organização: Sirlene F. Dall'Igna

Segundo Badalotti (1997, p.30),

O IBGE não consegue mais radiografar este quadro, pois se todos os projetos fossem aprovados, daria mais uma prefeitura extra a cada dia do ano. Município é o que os políticos mais fazem no Brasil atualmente [...] em meio século, o número de prefeituras brasileiras triplicou. E isso não ocorreu por crescimento gradual, foi em

espasmos. Entre 1940 e 1950, nasceram 315 municípios. De 1970 a 1980, anos do chamado Brasil Grande, apenas 39 municípios.

Pode-se dizer que a questão emancipacionista sempre esteve ligada a ação política em diferentes momentos históricos do país. As imposições dos governos militares e a rigidez das leis e a conseqüente dificuldade de preencher todos os requisitos ora exigidos, tornou a criação de novos municípios de difícil concretização.

A criação de novos municípios teve um impulso considerável nas décadas de 1980 e 1990, parcialmente como resultado da redemocratização (MARTINS; PEREIRA, 2001), o aumento nesta época foi de 1.516 municípios. Foi na Constituição de 1967 que se propuseram requisitos para a criação de novos municípios.

A Constituição de 1967 no seu capítulo III, Art. 14 prescrevia que a Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais, para a criação de novos municípios. Estas consultas deverão acontecer tanto no município-origem quanto a do distrito que requer emancipação (MARTINS; PEREIRA, 2001, p.335).

Com o fim da ditadura militar, surgem novos movimentos no contexto político nacional. O país passa por um período de democratização em sua estrutura política. O principal marco institucional dessa transformação política no contexto nacional foi à promulgação da Constituição Federal de 1988. A elaboração da nova constituição brasileira possibilitou inúmeros precedentes para uma avalanche de emancipações, consolidando um novo arranjo democrático.

Segundo Badalotti (1997, p.33),

A criação de municípios neste período se diferencia dos demais, pois tem possibilitado as lideranças locais que se articulem mais diretamente com as demais instâncias governamentais a partir das comissões pró-emancipacionista, que, através plebiscitos realizados nos distritos interessados, buscam definir espaços políticos locais e regionais. Os governos estaduais e federais encontram nestas emancipações formas de garantir alianças políticas e base para a solidificação geopolítica e econômica do Estado-Nação.

Somente nos primeiros quatro anos da década de 1990 inaugurou-se 794 novas prefeituras. A argumentação defendida em quase a sua totalidade nos processos de emancipação e as variáveis decorrentes do mesmo nos remete a

várias reflexões. Conforme Badalotti (1997 p. 58-59), ao analisar os discursos sobre emancipação verificou-se que:

Vários aspectos são ressaltados tanto por políticos como pela população dos municípios interessados ou já emancipados legalmente. Os discursos dizem respeito tanto as estatísticas, quanto ao interesses políticos e econômicos em jogo, interesses estes que se dividem entre os “contrários” e os a “favor” das emancipações [...] Este discurso aponta as questões econômicas como as mais importantes, como por exemplo, a arrecadação, fonte do desenvolvimento municipal.

As constatações mais comuns quando da defesa da emancipação se pautam na proliferação e no fortalecimento dos governos locais, na autonomia, nas buscas do desenvolvimento local, através da implantação de novas fontes de renda. Conforme Pinheiro e Mota (2004), o principal argumento para emancipar é o sucesso dos municípios já emancipados; isto é usado como respaldo para a obtenção de apoio na luta pela emancipação. Outro aspecto relevante é a proximidade entre o poder público e a comunidade local.

Também não menos importante, são os repasses de recursos provenientes das esferas estaduais e federais: este é talvez o argumento mais usado no convencimento das autoridades responsáveis pelo sucesso ou não do processo de emancipação. (PINHEIRO; MOTTA, 2004. p. 19-20)

Assim, na formulação do processo de emancipação busca-se o apoio da população local e de representantes políticos nas esferas estadual e federal para que sirvam de suporte para o movimento emancipatório.

Para Pinheiro e Motta (2004, p. 18),

Assim em razões das instruções prescritas em leis, os processos são muito semelhantes. Todos por exemplo apresentam extensas relações nominais de eleitores, propriedades, ativos públicos [...] Ademais os processos são ilustrados com fotos que procuram valorizar as riquezas locais, a vida comunitária, mapas, relatos e depoimentos dos povoadores, pioneiros ou seus descendentes, todos invariavelmente favoráveis à emancipação.

São vários os motivos e razões apontadas pelas comissões emancipacionistas em relação à necessidade de emancipar. Dentre estes, se evidencia a argumentação de que há certo abandono pelo município sede nas mais diversas áreas de serviços públicos. Com a emancipação, alega-se que tentar-se-á

conseguir maior autonomia e gerenciamento dos recursos públicos aplicando-os eficientemente para a população local. Após a emancipação não é bem este quadro que se apresenta, já que, nem sempre os recursos provenientes de outras esferas e os produzidos no local são suficientes para abarcar o tão esperada desenvolvimento.

Segundo Tomio (2009), a partir de 1988, as definições federais tiveram encaminhamentos completamente distintos. Seguiu-se uma tendência descentralizadora. Na democratização, no entanto, havia algumas restrições, entre elas a que se deveria preservar a continuidade e unidade histórica e cultural do espaço urbano e a exigência da consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas. Todavia, deve-se elaborar um estudo da viabilidade da criação do novo município.

Após a democratização política brasileira dos anos de 1980, os atores políticos iniciaram um processo de emancipação ascendente e criar municípios tornou-se algo de extrema importância para a classe política, isso talvez porque seria uma forma de centralizar o poder ou expandi-lo, constituindo novos arranjos e espaços de controle.

Nesta percepção de poder local, os atores sociais são aqueles que viabilizaram as ações emancipacionistas, forma de assegurar o poder e institucionalizá-lo.

Atores sociais, interesses e arranjos espaciais do poder permeiam permanentemente a busca pelo exercício do poder. O exercício do poder local por meio do controle do poder político é uma prática presente na história e na cultura política do Brasil (ROCHA, 2008. p.284).

No entanto, a partir de 1996, o Estado limita as emancipações, estabelecendo novas regras de criação de municípios, através da Emenda Constitucional 19, § 4º art. 18:

A criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, as populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (ROCHA, 2008. p.287).

O que se percebe é que nos últimos anos, principalmente após 1995, o Governo Federal passa a instituir mecanismos que dificultem a criação de novos municípios no Brasil, ou por forma de controle político-social ou controle territorial, quer dizer, a criação de inúmeros municípios brasileiros criou um retalhamento no espaço territorial do país.

Este retalhamento poderia dar certo se os objetivos reais da criação de novos municípios seguissem os princípios iniciais, no entanto, o que se percebe é uma disputa cada vez maior pelo poder e pela centralização do Estado. A criação de municípios representa, em certo sentido, o resultado dos processos de rearranjos das estruturas socioespaciais locais e do poder local (ROCHA, 2008. p. 284).

As emancipações têm seu lado positivo e negativo. No lado positivo, a população, de uma forma ou outra, é atendida em suas necessidades básicas, seja por determinação do Estado, seja por interesses políticos locais e institucionais. No lado negativo, a competição política torna-se acirrada, a criação de novos partidos políticos acontece demasiadamente e o poder político acaba sendo alvo dos atores sociais. Na conjuntura de disputas e tentativa de controle e exercício do poder local, geralmente a população torna-se algo secundário, o que deveria ser, segundo os objetivos das emancipações, o foco primordial desta política.

Nas emancipações, de modo geral, há um processo de *TDR* (Territorialização/Desterritorialização/Reterritorialização). No início do processo o então distrito pertence ao território de outro município, o qual gerencia toda a organização da população local, emanando as relações de poder em todo o território onde o distrito está localizado.

Com a emancipação, esta configuração toma outras formas, ocorre uma desterritorialização, ou seja, o município passa a ter um território próprio aonde irão se desenhar novas estruturas e, conseqüentemente, novas relações de poder com novos atores sociais, que gerenciarão o novo território, onde a identidade da população local fica mais evidente.

Por fim, ocorre a reterritorialização, isto é o novo município passa a integrar um território maior, o território nacional como uma das partes que constitui o país. Para a ciência geográfica, têm singular relevância o acompanhamento e a análise desses processos de redivisão do território e afirmação do município como unidade

de análise e de gestão do território (ROCHA, 2008). Em cada município, como Bom Jesus-SC, há permanências e, ao mesmo tempo, transformações sociais e espaciais.

Através das emancipações, para o mesmo autor, busca-se valorizar o município como espaço privilegiado, alternativo, para recompor as relações sociais locais e a legitimação do Estado perante a sociedade local. Na concepção do município como lugar legitimado através das emancipações, este torna-se lócus de pertencimento da população, podendo abranger os aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais nas propostas de desenvolvimento.

### 1.3 O MUNICÍPIO DE BOM JESUS – SC

#### 1.3.1 Histórico do Município de Bom Jesus

Para a *Geografia*, o espaço é produzido historicamente por meio das relações humanas intimamente relacionadas aos fatores naturais. A configuração destes espaços é determinada pelos conflitos existentes no interior da sociedade. Entretanto, para que este espaço seja efetivamente ocupado e o território seja definitivamente organizado, a sociedade determina as dinâmicas a serem empregadas. Segundo Raffestin (1993), o território se constitui a partir das relações de poder que se estabelecem em seu interior através da sociedade que o ocupa.

Na constituição do território a população é fundamental, pois é a partir dela que se constitui a identidade local. Evidentemente, o tempo também dará a este território as características peculiares da população que ali habita. Neste contexto, a *História* do local será estabelecida e gradualmente modificada, já que a história não é estática, ela se refaz no o tempo e no espaço.

Assim, contextualizar a história de um determinado local ou sociedade requer uma rigorosa investigação, para que fatos não se percam e outros não sejam demasiadamente modificados, pois há pessoas que fazem ou fizeram esta história acontecer. Segundo Jenkins (2001), a história é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas identidades.

Paim (2001) comenta que a história é um laboratório, onde o processo, o ato de acontecer, está presente em cada momento, proporcionando resultados de cada experiência humana. Neste contexto, historicizar e caracterizar um determinado

lugar não são tarefas simples, pois se devem levar em conta inúmeros fatores. Nem sempre os livros e documentos históricos traduzem os acontecimentos, faz-se necessário buscar informações através das pessoas que estavam ou estão fazendo parte dessa história, elas fornecem subsídios essenciais para um resgate histórico coerente.

As pessoas no presente necessitam de antecedentes para localizarem-se no agora e legitimarem seu modo de vida atual e futuro [...], portanto, elas sentem a necessidade de enraizarem o hoje e o amanhã em seu ontem (JENKINS, 2001, p.41).

Enfatizar a história do lugar é trazer para a atualidade os acontecimentos que marcaram a vida das pessoas, pois é por elas e para elas que os fatos históricos são marcados, porque um território só se concretiza pelo fato de nele haver pessoas que o delimite e o territorialize, efetuando relações de poder. Dessa forma, a identidade da população local será concretizada e marcada historicamente.

Assim, relatar a história do município de Bom Jesus-SC é um laboratório de experiências, já que há poucos documentos a respeito, neste caso as entrevistas foram de suma importância para ordenar a história e caracterizar o então município. O histórico deste município e sua conseqüente caracterização foram baseados em documentos históricos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus e depoimentos adquiridos através de entrevistas realizadas junto a alguns antigos moradores do município.

A história deste município se assemelha com a história do Oeste de Santa Catarina. A região onde hoje está situado Bom Jesus era habitada pelos índios Guarani e Kaingang. Segundo AIKA (2008), a designação Kaingang é específica e agrupa indígenas falantes de dialeto da mesma língua, pertencentes ao tronco Jê, localizados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como na província argentina de Misiones. Esses indígenas tinham suas comunidades localizadas às margens do Rio Chapecozinho e na atualidade, estão concentrados na reserva indígena de Ipuacú e Entre Rios, municípios que fazem fronteira com Bom Jesus.

Segundo informações da ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KANHURU – AIKA<sup>2</sup>, essas reservas indígenas foram criadas pelo decreto nº. 7, de 18 de junho de 1902, em que se declarava que,

[...] fica reservado para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendidas nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra”. (DECRETO n.7 de 18/06/1902)

No decorrer da história as terras indígenas foram sendo ocupadas por descendentes de europeus interessadas na exploração da madeira, tais como pinheiro, cedro e imbuia. Porém, os indígenas não observaram essa situação pacificamente, resistiram e mantiveram suas identidades. No Oeste catarinense, bem como no atual município de Bom Jesus, a luta pela terra marca as relações entre os diferentes grupos étnicos presentes na região. Para a população nativa, a colonização, principalmente oriunda do Rio Grande do Sul, representou uma profunda transformação no seu modo de viver favorecendo a ocupação de suas terras por pessoas vindas de outras regiões.

Para Renk (2001 *apud* Savoldi, 2006), os nativos passaram a ser vistos como indesejáveis pelo Estado, portanto, precisavam ser expulsos para que os colonos, descendentes de italianos e alemães, pudessem ocupar a terra e, conseqüentemente, produzir na agropecuária. Com apoio da FUNAI, os Kaingang retomaram suas terras em 1978, no entanto, os indígenas se viam obrigados a vender sua força de trabalho para os então colonizadores. A remuneração geralmente fazia-se em troca de gêneros alimentícios, porque os indígenas se encontravam em situação precárias. As famílias indígenas, em função da situação em que se encontravam, arrendavam as terras aos agricultores sem garantia alguma e ainda forneciam a mão-de-obra para o trabalho na terra em troca de alimentos. (Savoldi, 2006). Com a colonização efetiva do Oeste catarinense e com a demarcação das terras, os povos indígenas foram recolocados em reservas criadas pelo Estado.

---

<sup>2</sup> A Associação da Terra Indígena Xaçecó, denominada Associação Indígena Kanhrú – AIKA, recebeu tal nome em referência a uma das metades tribais do Povo Kaingang. A outra metade é Kamê.

Em 1941, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criou o Posto Indígena Xaçepó. Com a presença de autoridade institucional no interior da Terra Indígena houve profundas mudanças, tanto na organização social deste grupo, quanto na sua inserção no contexto regional, bem como nas características de seu habitat. (AIKA, 2008).

Silvio Coelho dos Santos (1969 *apud* AIKA, 2008), assim descreve o período que se seguiu à instalação do Posto Indígena Xaçepó,

[...] alguns anos depois da instalação o Posto Indígena já caminhava para uma organização de empresa, explorando os ervais da reserva e realizando anualmente uma roça. [...] O posto estava engajado numa economia de mercado, especialmente o cultivo de trigo e de milho [...] O benefício que os índios recebiam, entretanto, era mínimo e na maioria das ocasiões não era por eles solicitado ou aproveitado, pois eles praticavam uma escassa atividade agrícola própria [...] Desde 1948 começaram a se localizar na reserva vários colonos, especialmente italianos [...] Os indígenas cediam aos colonos locais as terras que tradicionalmente ocupavam [...] A presença dos colonos arrendatários na área criou novas oportunidades de aproveitamento da mão-de-obra indígena [...] Ainda na sua 'situação de empresa', o Posto Indígena dedicou-se à exploração dos recursos florestais da área indígena, particularmente os pinheiros. O Posto chegou a instalar uma serraria própria [...] A devastação que ocorreu nas reservas florestais da área indígena foi praticamente total. As empresas madeireiras da região, que há muito vinham se ressentindo do escasseamento da matéria-prima, passaram a trabalhar 24 horas por dia. Sessenta mil pinheiros, aproximadamente, foram derrubados na reserva indígena. (SANTOS, 1969, p. 63-66)

A aculturação indígena e a exploração dos recursos naturais ocorreram por meio de uma colonização forçada pelos colonos gaúchos e pelo próprio Estado, o que não foi diferente em outros espaços do território brasileiro, inclusive no município em questão.

A expansão da sociedade nacional sobre esse território culminou com o confinamento dos indígenas em reservas criadas pelo estado brasileiro. Especificamente no que se refere à Região Oeste do Estado [...], contudo parcela da população Kaingang não se submeteu a este exíguo espaço resistindo em áreas dispersas na região oeste. SAVOLDI, 2006. p. 54).

Nas terras do então Chapecozinho, que era a denominação que recebia o atual município, a presença do Rio Chapecozinho foi de suma importância para a colonização efetiva do local, o mesmo era utilizado como meio de transporte, e

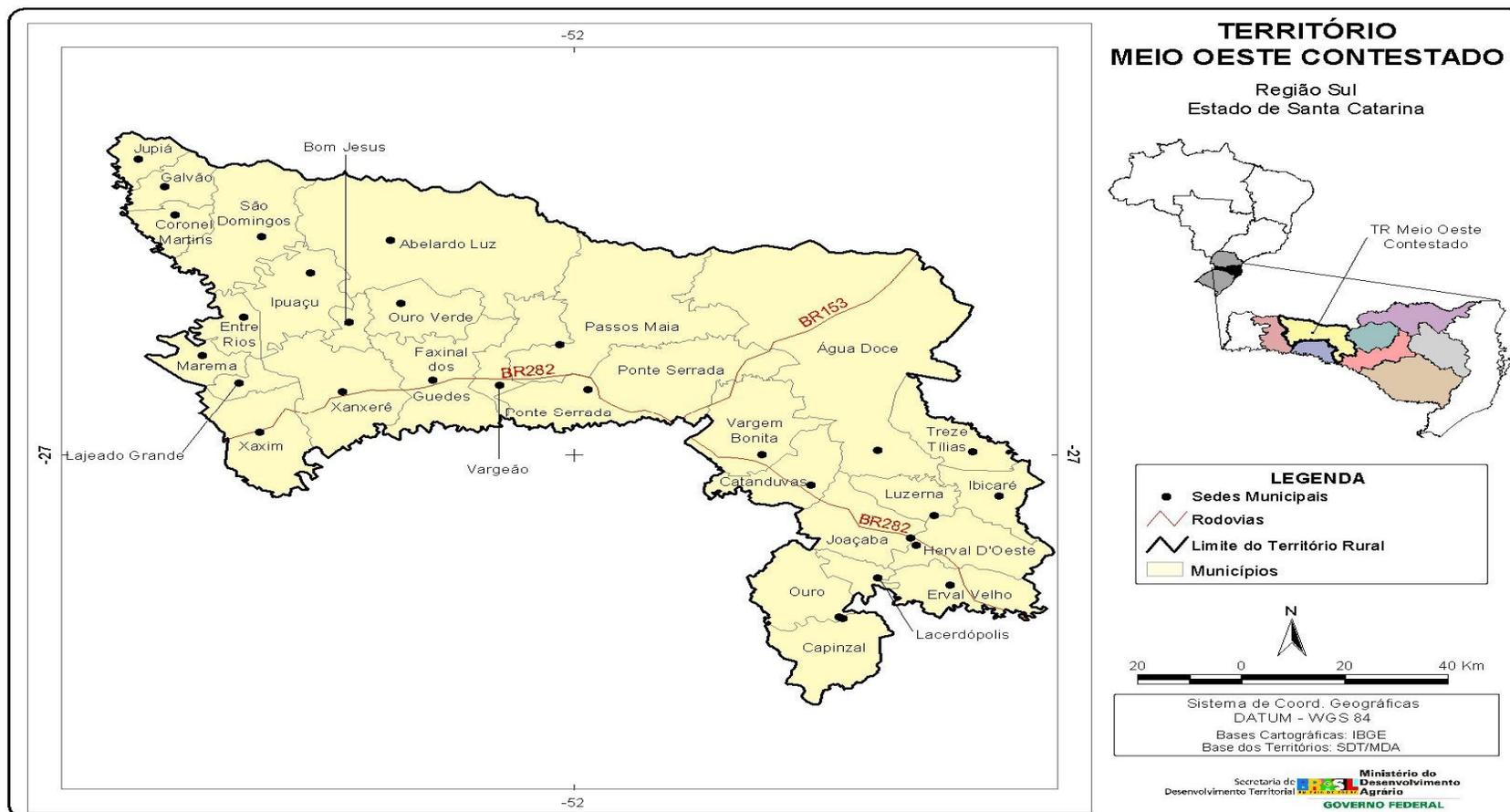
servia como passagem dos denominados tropeiros, os quais transportavam gado para os estados do Paraná e São Paulo, provenientes do Rio Grande do Sul. O referido rio também era atravessado de balsa, pelos viajantes que vinham do Paraná com destino ao litoral e ao Rio Grande do Sul.

Esse território, em 1859, Chapecozinho como era chamado, era parte integrante do atual município de Xanxerê, que na época pertencia a Palmas, Estado do Paraná. A sede do atual município era usada como cemitério indígena, segundo o histórico do município disponível no site do IBGE (2009), fato confirmado por Lucinda Narciso “quando começaram a mexer nas terras para fazer a estrada acharam até cabeça de índio e era porque só tinham eles por aqui antes”(Entrevista em 01/2010). Estas mesmas terras de Bom Jesus serviram ainda de palco para um dos maiores acontecimentos históricos de Santa Catarina, a “Guerra do Contestado”, pois as mesmas foram usadas para pouso e passagem dos seguidores do Monge São João Maria (Mapa 1):

Como a história não se faz apenas de documentos, mas, de pessoas que fizeram a história acontecer, buscou-se através dessas pessoas informações sobre a formação territorial de Bom Jesus. Famílias que aqui chegaram por volta de 1913, como Cristiano Feliciano dos Santos, Elias Carneiro, Angelo Narciso, Pedro Florentino Narciso e João Rosa (este já em 1926), vindos de várias regiões, mas principalmente, do Rio Grande do Sul.

Segundo Sebastião Wittes dos Santos, descendente de uma família alemã, filho de Cristiano Feliciano dos Santos, seu pai era tropeiro, levava gado do Rio Grande do Sul para os estados do Paraná e São Paulo. Por volta de 1913, Cristiano resolveu se estabelecer nas terras que hoje pertencem a Bom Jesus, sendo a primeira família que se estabeleceu efetivamente nessa localidade.

Chegamos aqui em 1913 eu tinha seis anos, viemos do Rio Grande do Sul, ficamos perto do rio Chapecózinho, meu pai fez uma casinha. Tinha muito índio, até chamavam aqui de aldeia, mais tarde é que colocaram eles na reserva, meu pai ficou sendo feitor, cuidava daqui pro governo, ai depois começou chegar os Carneiros, Narciso, os Rosa. Meu pai ganhou 400 alqueires de terras pra fazer a linha do telegrafo que vinha do Paraná até Xanxerê, fazia os postes de madeira e ia puxando os fios, puxava com os bois. (Entrevista com Sebastião Wittes dos Santos, 01/ 2010)



MAPA I: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

ELABORAÇÃO: Silvio Marcio Montenegro Machado 2005.

FONTE: UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Getuliano Michelin (2010) comenta que, como o Governo estava muito distante do local, era preciso ter alguém que gerenciasse as terras, porque a região estava começando seu processo de colonização e os indígenas ocupavam as terras; para não haver conflitos instituía-se alguém para fazer o trabalho que era do Estado, o feitor.

Com o passar dos anos, o Oeste de Santa Catarina começou a se tornar um atrativo, devido ao grande número de pinheiros e outras árvores nativas que existiam no local.

Segundo histórico do município, disponível no site da Prefeitura Municipal, a primeira casa comercial pertencia a Pedro Olinkiewski, em 1950. Porém, no relato de Sebastião Wittes dos Santos, o primeiro comércio existiu bem antes de 1950, foi de Antonio Albino. O comércio do Olinkiewski foi instalado depois e era maior, segundo ele, tinha mais mercadorias.

Os primeiros que ali chegaram eram descendentes de alemães, é o caso da família Wittes dos Santos, no entanto no relato da senhora Lucinda Narciso, quando a sua família chegou aqui já havia caboclos, fato que o senhor Sebastião Wittes confirma. Esses caboclos ajudavam na retirada da madeira, “acho que eram pessoas que ficaram aqui depois do problema que teve entre Paraná e Santa Catarina, eram até gente boa, depois começou a ter uma mistura entre as famílias e deu o que tem hoje aqui” (Entrevista com Lucinda Narciso, 01/2010),

Em 1950, Jeremias Michelin se estabelece na pequena vila do Chapecozinho, podendo ser visualizada na FOTO 1, com um comércio mais diversificado, o qual já era praticado em Xanxerê pela família. Ainda hoje, no mesmo local, seu filho, num espaço já modificado, Valmir Michelin tem uma atividade comercial de gêneros alimentícios, visualizado na FOTO 2.

Com o tempo a família Michelin adquiriu a serraria Beltier e uma laminadora retratada na foto 3, referente ao ano de 1957 e inicia-se uma ampla comercialização de madeira.

Vim com a família em função do comércio, pois também tinha comércio em Xanxerê. E em Bom Jesus tinha oportunidade de expandir o comércio, porque as pessoas que aqui moravam precisavam de produtos, e era muito longe pra buscar em Xanxerê. Quando chegamos compramos um bodegão, era do seu Piram, que tinha de tudo, alimentos, ferramentas, bebidas e até remédios. As terras eram devolutas e tinha só uma indústria a serraria do Beltier

era de Passo Fundo/RS, o capataz era o Senhor Winckler que cuidava de tudo, mais tarde veio um laminadora de um dono de União da Vitória/PR, então mais tarde nós compramos a serraria e a laminadora, as estradas eram precárias e a gente mesmo abria as estradas a picareta. (Entrevista com Getuliano Michelin, 01/ 2010).

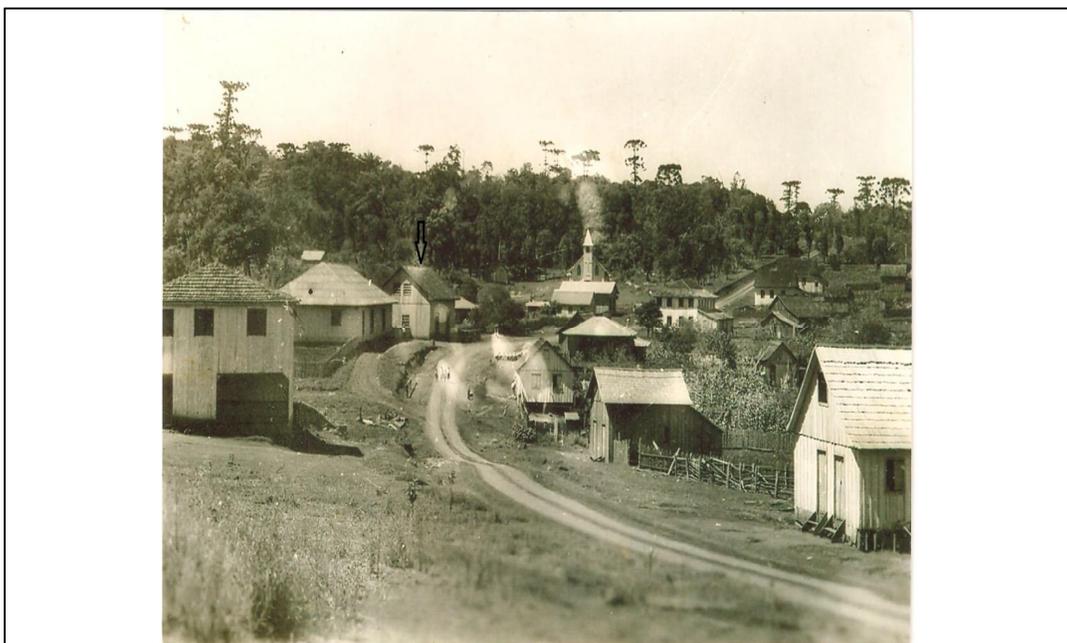


FOTO 1 – Estabelecimento Comercial de Jeremias Michelin - 1950  
FONTE: Arquivo Pessoal, Getuliano Michelin – 2010



FOTO 2 – Estabelecimento Comercial de Valmir Michelin - 2010  
FONTE: Arquivo Pessoal, Sirlene F. Dall'Igna – 2010.



FOTO 3 - Serraria Beltier-1957

FONTE: Arquivo Pessoal, Getuliano Michelin – 2010.

Em 1954, Agnelo Narciso, também montou uma casa comercial, onde negociava todo o tipo de mercadoria, como tecidos, chapéus, alimentos, animais de carga, munição, etc. A vila, naquela época, já tinha aproximadamente 50 famílias, umas 200 pessoas, a comunidade já iniciava um movimento para transformar Chapecozinho em distrito, devido à distância de Xanxerê. Isso fez com que os moradores pedissem junto a Câmara de Vereadores de Xanxerê a criação de um distrito. (Entrevista com Getuliano Michelin, 01/2010). Essa reivindicação foi atendida através da Resolução 009/57, de 07 de março de 1957, tornando-se Lei Estadual em 07 de agosto de 1957, Lei nº. 299.

Por volta de 1954, através de trabalho da própria comunidade, foi construída a 1ª ponte de madeira a qual facilitava o escoamento da produção e a movimentação das pessoas, a mesma foi construída próxima ao local onde existe a ponte atual, sendo a ponte ou barco o único meio de travessia na época. “Alguns anos depois a ponte de madeira foi substituída por uma de concreto, a energia elétrica já havia chegado até a vila” (Entrevista com Sebastião Wittes dos Santos, 01/2010).

A colonização de Bom Jesus, sem dúvidas, teve grande influência da extração da madeira, muita madeira era transportada para Uruguaiana, levavam pelo rio Uruguai, chegavam a cortar 1000 dúzias de pinheiro por mês: “mas depois que fizeram a ponte ai diminuiu um pouco a madeira levada pelo rio, também não

tinha quase nada de madeira” (Entrevista com Sebastião Wittes dos Santos, 01/2010).

Entretanto, segundo Michelin, a madeira não foi toda essa pujança, foi na agricultura que o local teve seu desenvolvimento. As terras eram minifúndios, os colonos produziam para sobreviver, os principais produtos cultivados eram: feijão, milho, arroz etc.; criavam suínos e vendiam para Ponta Grossa, Joaçaba e Seara, estes eram os pontos principais. “A madeira foi uma grande coisa sim, mais passageira do que pra ganhar dinheiro, a agricultura sim foi importante” (Entrevista com Getuliano Michelin, 01/2010).

Até 1970, a extração da madeira era, sem dúvida, a principal atividade econômica da região. Após este período, o distrito experimentou certa decadência, devido à escassez da madeira. A agropecuária passa a ser, então, o principal ramo de atividade, juntamente com o comércio. Atualmente, a atividade predominante no município é a agropecuária, efetivada nas 428 pequenas propriedades, segundo dados da Prefeitura Municipal (2007).

Por volta de 1960 por ai foi terminando o pinhalão. Ai começaram a fazer roças pra plantar milho, trigo e bem depois o soja. Mais o que mais produzia era porco, nós chegava vender até 1000 cabeça e tinha muito gado também, os porco era vendido por frigorífico de Ponta Grossa, Joaçaba e Seara, levavam tudo de caminhão. Seu Michelin que tinha comércio comprava e vendia também. Quando veio a agricultura ai levantou o lugar então virou distrito de Xanxerê começamo a ficar mais importante (Entrevista com Sebastião Wittes dos Santos, 01/2010).

Na mesma década de 1970, o distrito de Bom Jesus começa a apresentar sinais de crescimento. A construção da nova Igreja Católica e do clube social, visualizadas na foto 4, demonstram a presença dos colonizadores, reorganizando a vila e o espaço rural do município.

A partir de então, observam-se outras modificações no espaço. O próprio índice populacional tende a aumentar. Assim, na década de 1990, inicia-se o processo de emancipação do distrito de Bom Jesus. O nome do referido município se dá porque o padroeiro de Xanxerê é o Senhor Bom Jesus, segundo consta no histórico do município ([www.bomjesus.sc.gov.br](http://www.bomjesus.sc.gov.br)).



FOTO 4 - Vila de Bom Jesus-1970

FONTE: Arquivo Pessoal, Getuliano Michelin- 2010.

### 1.3.2. Caracterização de Bom Jesus

O Município de Bom Jesus está localizado em terras do geológico, denominado São Bento, constituído basicamente de rochas vulcânicas e vulcanismo basáltico. O município encontra-se servido pela rodovia SC 467 a qual faz divisa com o Estado do Paraná. No que se referem aos Municípios vizinhos suas divisas são: Norte - Abelardo Luz, Sul - Xanxerê, Oeste - Ipuacú e ao Leste - Ouro Verde. (MAPA 2).

Então, no dia 19 de julho de 1995, sob a Lei Estadual nº. 9.891, o distrito de Bom Jesus passa a ter a denominação de município, sancionado pelo então governador do Estado, Paulo Afonso Vieira. Segundo o documento referência, Processo de Emancipação de Bom Jesus, que subscreve no Art. 1º - Fica criado o município de Bom Jesus, desmembrado do Município de Xanxerê, constituído pela área territorial do Distrito do mesmo nome.



A população bonjesuense, como pode se identificado na figura 2, encontra-se distribuída em 09 comunidades, sendo elas: Linha Bom Jesus, Água Santa, Passo Ferraz, Linha Narciso, Formigas, Linha Tavares, Linha Tiradentes, Linha Bento e Assentamento 20 de Julho. Compreendendo um total de 2.046 habitantes, estando distribuídos na área urbana 989 habitantes e na área rural 1.057 habitantes, dados de 2000 (IBGE).

Para que o município tivesse a sua extensão territorial atual, que é de 64km<sup>2</sup> (IBGE, 2009), foi necessário o desmembramento de mais de um município, no caso foi cedido terras de Ipuacú, Ouro Verde e Xanxerê. Bom Jesus, na época da emancipação, contava com um contingente populacional de 2.130 habitantes, na atualidade tem uma população estimada em 2.296 habitantes, segundo dados do IBGE (2007). Podemos observar um aumento de 12% entre os anos de 2000 e 2007 na população local.

Quadro 1 – Estabelecimento em Bom Jesus - 1995

Nº.	INDÚSTRIA TIPO	Nº.	COMÉRCIO TIPO	Nº.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TIPO
03	Cerealista	03	Agropecuária	02	Empresa de Transporte
02	Ferraria	02	Bares	04	Oficina Mecânica
01	Madeireira	01	Fruteira		
02	Moinho	02	Lojas		
01	Olaria	08	Mercados		
		01	Padaria		

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.  
Documento Processo de Emancipação de Bom Jesus, 1995.

Quando do início do processo de emancipação, Bom Jesus tinha sua economia baseada na agricultura, mas também apresentava atividades comerciais e de prestação de serviços. Pela legislação da época, era necessário que o local em processo de emancipação tivesse as mínimas condições econômicas de se manter. Os dados foram extraídos do processo encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado durante o andamento do processo emancipatório.

Estes estabelecimentos representados no Quadro 1, eram geralmente conduzidos ou administrados pela própria família. A maior parte deles era de gêneros alimentícios, sendo entres eles: mercado Samburá, Orlandi, João Maria de Jesus, Tatiane, Linkevski e Michelin. Padaria Cassol e fruteira Saugo. Além de

empresas que beneficiavam produtos do local e da região: Cerealistas: Cassol, Orlandi, Hercílio Fernandes de Souza, Moinho Samburá e Bom Jesus. Havia também outras atividades que permeavam a economia local entre eles: Ferrarias Samburá e Lazarotto; Confecções Daiana, Olaria Mozel, Mecânicas Lazzari e Trevo; Transporte Pedro Corbari e União Transportes e Auto Posto Bom Jesus.

O município contava, em 2005, com um número aproximado de 428 propriedades rurais, sua economia era baseada na agropecuária. As principais culturas eram: milho, trigo, feijão, soja, fumo, com destaque para a pecuária. A produção de suínos e aves de corte era praticada quase toda sob o sistema de integração com agroindústrias da região, principalmente a Sadia ([www.bom.jesus.sc.gov.br](http://www.bom.jesus.sc.gov.br), acesso em 25/01/2010).

Com o decorrer do tempo, o espaço urbano foi sendo transformado em função do aumento ou inserção de novas opções de economia, como deveria ser para um local que recebe denominação de município, pois “o capitalismo contemporâneo afirma seu vínculo entre organização territorial e acumulação de capital, com a incorporação de novas materialidades” (MORO, 2006. p. 40).

No Quadro 2, apresentamos os dados das indústrias existentes entre 2000 e 2008. Notamos também que o número de estabelecimentos comerciais aumentou em comparação com os dados de 1995. Essas atividades econômicas absorvem um número considerável de mão-de-obra, cerca de 310 pessoas que trabalham nestas atividades econômicas, o que contribui para a economia local e fonte de renda para as famílias, podendo resultar em melhores condições sociais.

Se analisarmos os dados no momento da emancipação (1995), quando havia em torno de 17 estabelecimentos comerciais como apresenta o quadro 1, comparando com os dados do quadro 2, constatamos uma diminuição para 8 em 2000. Podemos observar certa incoerência, ou seja, a diferença que ocorre entre o número de estabelecimentos entre 1995 e 2000 seria por falta de registros nos órgãos competentes ou meandros que foram pensados para a efetivação da emancipação? Ou houve, de fato, uma diminuição considerável no número de estabelecimentos comerciais?

**QUADRO 2 – Indústrias e estabelecimentos comerciais – 2000, 2005 e 2008**

Indústrias	Tipo de Atividade	Até 2000		Até 2005		Até 2008	
		Ano da Instalação	nº. func.	Ano da Instalação	nº. func.	Ano da Instalação	nº. func.
Beatriz Foscheira	Metalúrgica	1998	02	-	02	-	02
Bomjeplast	Reciclagem	-	-	-	-	2006	42
Cooperalfa	Cereais	-	-	2002	11	-	14
Laticínios Bom Gosto	Lácteos	-	-	2004	03	-	04
Marmoraria Granitos Folle	Mármore	-	-	-	-	2008	03
Sandro Luiz Lorenzon	Reciclagem	-	-	2003	17	-	11
Shalon	Artigos Religiosos	-	-	2005	05	-	05
Vinícius indústria	Madeira	1998	10	-	16	-	23
TOTAL - 08 Indústrias/104 funcionários		02	12	06	54	08	104
TOTAL - 69 Estabelecimentos comerciais/207 funcionários		08	24	40	120	69	207
<b>Total de Indústrias e Estabelecimentos Comerciais</b>		10	36	46	174	77	311

Fonte: Setor de Tributação – Prefeitura Municipal de Bom Jesus.

Partindo da análise dos dados entre 2000 e 2005, há um aumento de aproximadamente 360% no número de indústrias e estabelecimentos comerciais. No que se refere ao comércio entre os anos de 2000 e 2005 houve um percentual expressivo de 8 para 40 estabelecimentos comerciais, um aumento de 350%, referente a indústria (figuras 5, 6 e 7), entre os mesmos anos, passou de 2 para 6 indústrias, um aumento de 200%, demonstrando a importância da emancipação. O que proporcionará eventualmente um crescimento econômico local.



Foto 5: Marmoraria Folle.  
Fonte: Arquivo Pessoal.

Entretanto, o setor econômico verificado entre 2005 e 2008, teve 67% de aumento de estabelecimentos industriais e comerciais, um percentual menos significativo, porém, empregou um número maior de funcionários, passando de 36 em 2000, para 174 em 2005 e 311 em 2008. Talvez a questão não esteja em diversificar as atividades econômicas, mais priorizar estabelecimentos que compreendam uma maior demanda de mão-de-obra. Planejamento que deveria ser prioridade dos pequenos municípios, ou seja, pouco adianta dispensar um grande contingente de recursos em prol de atividades econômicas que sejam pouco viáveis ao local.



Foto 6: Madeireira Vinícius.  
Fonte: Arquivo Pessoal.



Foto 7: Empresa Bonjeplast  
Fonte: Arquivo Pessoal

Nesta perspectiva, a dispensa de recursos públicos para efetivação de alternativas de renda também deve ser (re)pensada. Em busca de desenvolvimento, algumas alternativas tornam-se inviáveis a determinados locais. Não se pode simplesmente copiar modelos de desenvolvimento que deram certo em determinados locais, faz-se necessário analisar a viabilidade econômica e social no

local. Independentemente de onde vêm os recursos, sejam eles privados ou públicos, é preciso direcioná-los a uma efetiva política de desenvolvimento que abranja todos os segmentos da sociedade.

Nesta perspectiva de melhorar as condições de vida de determinada população, não se pode separar o crescimento econômico do desenvolvimento social, são fatores e processos que precisam ser considerados conjuntamente. Souza (1995) refere-se a estratégias pensadas no desenvolvimento não meramente econômico-social, mas em estratégias que contribuam para a justiça social, sem considerar apenas o crescimento econômico e tecnológico.

### 1.3.3 Motivos da emancipação político - administrativa de Bom Jesus-SC

O processo emancipatório de Bom Jesus tem o seu início na década de 1990, quando a população representada por atores locais, organiza-se politicamente e busca pleitear a emancipação, argumentado no pressuposto que o local reunia condições para se tornar município. Segundo o que consta do Processo de Emancipação de Bom Jesus.

A comunidade do Distrito de Bom Jesus e comunidades vizinhas, em reuniões realizadas diversas vezes e em todas as comunidades, demonstraram o grande interesse no referido Distrito e em sentido de pleitear a emancipação político-administrativa do referido Distrito, principalmente porque o mesmo apresenta todas as condições necessárias, face ao seu grande potencial de produção agrícola e agropecuária, além de outros meios de subsistência, tais como suinocultura, pecuária e avicultura (COMISSÃO EMANCIPACIONISTA, p.02).

O processo emancipacionista de Bom Jesus passou por várias negociações e definições de áreas e divisas, processo que nem sempre é tranquilo na medida em que abrange interesses das partes envolvidas. De acordo com alguns integrantes da comissão e com o documento referência do processo, os motivos que levaram a emancipação foram de um modo geral, melhorar a qualidade de vida da população, nas áreas da saúde, educação, transporte e agricultura, pois eles entendiam que havia uma precariedade no atendimento por parte do município de Xanxerê. Para o presidente da comissão de Bom Jesus, a emancipação,

Era um anseio da população porque os municípios deram certo. Bom Jesus tinha problemas na saúde, na educação, nas estradas, alguns lugares nem estradas tinham, o distrito estava abandonado, a população estava abandonada. Quando os municípios vizinhos emanciparam em 92, a gente achou que era de direito emancipar também Bom Jesus, 15 km longe do distrito-mãe era uma distância elevada. (Entrevista com Clóvis Fernandes de Souza, 01/2010)

A experiência de outros municípios que se emanciparam tornou-se exemplo para que outros buscassem também a desejada autonomia político-administrativa. Segundo Pinheiro e Motta (2004), busca-se durante todo o processo emancipatório demonstrar a insatisfação da comunidade local, nos aspectos que dizem respeito às falhas do *município-mãe*.

Para o secretário da comissão a “conversação” para emancipar o distrito baseia-se no conceito de que “porque eles podem e nós não” (Entrevista com Ivair Brandalize, 01/2010). Assim, na formulação do processo emancipatório, busca-se apoio dos diversos representantes políticos, nas esferas estadual e federal, para que estes sirvam de suporte quando da argumentação de se obter a emancipação e consequente autonomia político-administrativa.

Assim em razões das instruções prescritas em leis, os processos são muito semelhantes. Todos por exemplo, apresentam extensas relações nominais de leitores, propriedades, ativos públicos [...]. Ademais os processos são ilustrados com fotos que procuram valorizar as riquezas locais, a vida comunitária, mapas, relatos e depoimentos dos povoadores pioneiros ou dos seus descendentes, todos invariavelmente favoráveis à emancipação (PINHEIRO; MOTTA, 2004, p.180).

Essa constatação referida pelos autores anteriormente citados é notável no documento referência de Bom Jesus (2005. p.02)), quando se justifica a necessidade de emancipação.

A população é de aproximadamente 5.473 habitantes, com um eleitorado de 2.298 eleitores. O centro urbano possui cerca de 217 residências, tem rede de esgoto, água, iluminação pública, possui quase 85% de ruas calçadas. [...] a geração de impostos é invejável para um distrito do porte de Bom Jesus, dentre inúmeras vantagens

Na fala do presidente da comissão e primeiro gestor público do município de Bom Jesus, Clóvis Fernandes de Souza, “a autonomia com a emancipação é

representada; quando a gente consegue resolver os problemas mais fáceis, pro município-mãe diminui as despesas, eu vejo que é a solução de poder administrar, resolve-se melhor”.

Em 1993, a emancipação do Distrito de Bom Jesus tornou-se um projeto de atores políticos locais, grupo este apoiado pela própria população. Nesta mesma época no Brasil se evidenciava uma intensa busca por emancipações de pequenas localidades. Formou-se então a Comissão Emancipacionista que almejava a elevação de grau de distrito para município.

Em outubro de 1993, ocorre a 1ª reunião da Comissão então formada, tendo como Presidente, Euclides Foppa; Vice-Presidente Sr. Gerson Colpani; 1º Secretário Amadeu Rosa de Andrade; 2º Secretário Ivair Brandalise; 1º Tesoureiro Edivar Siqueira; 2º Tesoureiro Belarmino Bertochi e Fiscais os Leocir Lazzari e Ricardo Rodigheri e Gênes da Silva Antunes. Porém, na 3ª reunião, o então presidente Euclides Foppa, coloca seu cargo a disposição por não concordar com os rumos que o processo de emancipação estava seguindo, rumos estes que não fora comentado por ninguém da comissão. “O processo inicia-se com uma comissão e mais tarde outra comissão assume, isso por diversos motivos” (Entrevista com Celso Narciso, 01/2010). Motivos identificados como inconvenientes para alguns integrantes da comissão, sem maiores comentários.

Assumindo como Presidente da Comissão Clóvis Fernandes de Souza, os outros integrantes permanecem os mesmos seguindo a mesma função. Em 29 de março de 1994, a Câmara de Vereadores de Xanxerê-SC concorda com o processo de emancipação politico-administrativa do distrito de Bom Jesus e, com a aprovação dos mesmos, inicia-se o movimento para a emancipação do distrito na esfera estadual.

Em 06 de abril de 1994, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina comunica as providências a serem tomadas para que ocorra efetivamente a emancipação. Em primeiro ato foi enviada a Assembléia Legislativa do Estado a nominata dos integrantes da Comissão Emancipacionista, como pede o Art. 2º da Lei Complementar nº 37 de 18 de abril de 1991; feito isto foram apresentados outros requisitos exigidos por lei, os quais se apresentavam de acordo com a legislação.

Conforme a Lei, para emancipar era necessária nominar algumas infra-estruturas existentes no distrito. Neste sentido, a Comissão enviou ao Governo uma caracterização do local, destacando-se entre elas: economia baseada na

suinocultura, pecuária, avicultura, agricultura e estabelecimentos comerciais. Contava com 02 postos de saúde, 01 farmácia, 01 posto telefônico, 01 posto do correio, posto de atendimento ao agricultor Epagri, 01 usina geradora de energia elétrica, 14 escolas isoladas, 03 escola básicas, 01 colégio de 2º grau; possuía ainda vias asfálticas que atravessavam o distrito, sendo ela a SC 467 e SC 480, que facilitavam o acesso da população e o escoamento da produção local.

Apresentados todos os requisitos para emancipar o Distrito de Bom Jesus como se exigia, em 19 de Julho de 1995, sob a Lei Nº 9.891, assinada pelo então Governador, Paulo Afonso Evangelista Vieira, cria-se o Município de Bom Jesus.

## **CAPÍTULO II**

### **GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO**

#### **2.1 GESTÃO PÚBLICA E AUTONOMIA MUNICIPAL**

O município na construção desta designação passa por várias configurações ao longo da história, ora com autonomia dependente do poder centralizante da esfera federal, ora com flexibilidade nas esferas estaduais e locais. Na esfera local tem-se uma tríade de legislação formada por: União, Estados e Municípios, constituindo uma divisão na administração territorial. O município sendo a menor esfera constitucional está sob a vigência destas legislações.

Porém, fortes transformações se anunciam no papel a ser desempenhado pelos governos municipais. A integração atual baseia-se no viés da descentralização, que por vezes não se leva em consideração as diferenças entre os núcleos municipais do Brasil. Há municípios bem distintos uns dos outros, com características peculiares, na economia, na sociedade, na cultura, entre outros, os quais não comportam determinações e competências similares. Nesta perspectiva, na maioria dos municípios as receitas são insuficientes para a manutenção e investimentos em infra-estruturas tornando-se dependentes de recursos federais.

Segundo Gremaud e Toneto (2002), a descentralização municipal ocorrida com mais ênfase a partir dos anos de 1980, ocasionou um desequilíbrio federativo, pois havendo investimentos de recursos nos pequenos municípios, passou a faltar em outros de porte médio. Recursos que se deram principalmente através de uma reforma na política fiscal, com a instituição do FPM. Por outro lado, os menores, sem se preocupar com a arrecadação ou sem fonte de renda própria, passaram a aumentar os custos operacionais administrativos.

Torres (2007), afirma que um dos maiores desafios para a efetiva implantação do modelo de descentralização instituído pela Constituição de 1988 é o entendimento adequado do dilema da ação coletiva. Segundo o autor, a ação coletiva deve ser direcionada e articulada mediante diversas políticas implantadas em determinado território. Este direcionamento não se faz unicamente por meio da legislação ou das atribuições de competências, mas de uma conversação contínua

entre as diversas esferas do poder e das instituições representativas da sociedade civil.

Contudo, é na redação da Constituição de 1988 que se encontram os principais fundamentos de sustentação que pretende confirmar a autonomia, conferida pela política de descentralização. De acordo com Vergara (2003, p. 63), a autonomia é entendida com uma condição de liberdade de agir e a capacidade de se autogovernar sob determinados limites. A autonomia é o resultado das competências constitucionais. Nestas competências constitucionais, os governos locais ou os municípios têm a concessão para a elaboração de leis próprias, como a Lei Orgânica, consolidando de modo expressivo a autonomia municipalista sobre uma visão do interesse local.

Nesta concepção de autonomia, a atuação do poder público leva a pressupor que existe uma relação entre os atores sociais e políticos. Neste contexto, agentes públicos e a sociedade civil unem-se na elaboração de projetos e políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local. Uma gestão pública, que considere atender a sociedade como um todo, não pode privilegiar interesses de determinados grupos, mas, deve estabelecer como prioridade programas de ação abrangente, que permitam a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando amenizar o desequilíbrio social. (HÖFLING, 2002. p. 39). Tendo em vista que políticas eficientes exigem cobrança e informação por parte da sociedade civil, a falta de informação apropriada sobre a realidade dificulta, se não impede a formulação e a execução de políticas públicas eficazes.

A partir da década de 1990, com o intenso processo de abertura econômica e política, criam-se espaços para os Estados e Municípios definirem estratégias de desenvolvimento econômico e social através das políticas públicas, muitas vezes já estabelecidas pelas políticas setoriais. Entretanto, grande parte dos pequenos municípios depende quase que exclusivamente das verbas repassadas pelo Estado e pela União. Estabelecer políticas públicas no contexto local torna-se complicado pelo fato de que se os municípios de pequeno porte não produzem recursos suficientes para a elaboração e efetivação destas políticas, cabendo assim, as esferas superiores suprirem esta defasagem de recursos.

Na opinião de Filippim e Rossetto (2008, p.42):

O novo padrão constitucional da política social caracteriza-se pela universalidade na cobertura, o reconhecimento dos direitos sociais, a afirmação do dever do Estado, a subordinação nas práticas privadas a regulação em função da relevância pública das ações e serviços nestas áreas, uma perspectiva publicista de co-gestão governo/sociedade, um arranjo organizacional.

As políticas sociais fazem referência às ações que determinam o padrão de assistência social praticada pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento social e econômico. As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, tem movimento, tem contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. (HÖFLING, 2002, p. 35).

Assim, ações como a descentralização nem sempre expressam autonomia. Para a autonomia se efetivar é necessário delegar poder de decisão nas esferas políticas, econômicas e sociais locais. Então, para o desenvolvimento que se almeja, não basta a Constituição possibilitar autonomia administrativa, é indispensável uma nova concepção de gestão pública do poder local, baseada em princípios mais participativos e formas de autosustentação.

Sob um ponto de vista mais tradicional da gestão pública destacam-se três características importantes para um bom desempenho: mentalidade, competência e característica pessoal.

De acordo com Vergara, o bom gestor,

Investe na imagem mais ampla, aceitam a vida como um equilíbrio de forças contraditórias que devem ser apreciadas, ponderadas e geridas, confiam no processo para lidar com o inesperado em vez de confiar em estruturas, dão valor à diversidade e ao trabalho em equipe [...] vêem a mudança como oportunidade, sentem-se a vontade com a surpresa e a ambiguidade, buscam continuamente estar abertas a si mesmas e aos demais, repensam limites e encontram novos significados, mudando direção e conduta. (2003, p. 34)

Na gestão pública centrada na figura do gestor, segundo Vergara (2003, p. 36), “o que se requer dos gestores municipais é que esteja atualizado quando as mudanças, que compreendem a necessidade de novos modelos mentais e que tenham vontade de fazê-lo”. As mudanças contemporâneas são muitas, tanto em nível local como global o que exige uma nova concepção de gestão pública e do poder local. Entende-se que a transformação social de um determinado local pode

ser possível quando o poder local deixa de ser tradicional e se disponibilize a adotar novas estratégias de administração, de forma a garantir a governabilidade pautada em critérios de efetividade e importância.

Neste sentido, Pires (2001, p. 232) sugere um novo conceito de poder local:

Poderíamos entender o poder local não estritamente como o poder da administração pública, mas o poder originário da negociação entre os atores coletivos que disputam interesses na cidade e que produzem a cidade nas suas dimensões, no que diz respeito à qualidade de vida dos cidadãos e no que diz respeito à condição de cidadania.

Aliado a esta nova concepção, a autora também sugere mecanismos sociais para uma efetiva gestão participativa, que se assentem na transparência das ações públicas e do fluxo de informações, em que a sociedade tenha acesso às decisões políticas, de planejamento e de execução do mesmo, para efetivar uma administração pública, autônoma e participativa.

## 2.2. AS DIMENSÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento remete a uma variedade de possibilidades de conceituação, incorporando um lastro de interpretações que foram sendo construídos historicamente. Essa grande diversidade de concepções “até faz crer se estar diante de uma caixa preta ou de uma noção vazia” (RIBEIRO, 1991, p. 60) tamanha sua abrangência. A análise sobre qualquer processo de desenvolvimento requer inicialmente o tratamento desta categoria sob um ponto de vista teórico que possui como pressuposto a passagem de um paradigma desenvolvimentista para um modelo de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Hermet (2002, p.33-34),

O desenvolvimentismo foi transposto para a América Latina de um modelo de desenvolvimento europeu e principalmente, norte-americano. Neste sentido, não vai se inserir somente na esfera da técnica e econômica, na medida em que se trata de uma proposta também ideológica e política: baseia-se no diagnóstico documentado de um resíduo estrutural resultante de causas múltiplas e entrelaçadas, passível de um processo de modernização social e cultural governado desde cima, que irá se estender a todas as camadas da população, não se limitando ao aparato da produção.

Almeida (1997) comenta que a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Ideia que teve origem a partir do Relatório de Brundtland (1987), conhecido no Brasil pelo “Nosso Futuro Comum”, a ideia de desenvolvimento sustentável aparece nos seguintes termos: e aquele “capaz de garantir as necessidades das gerações futuras”.

Ainda segundo o mesmo autor, a noção de desenvolvimento sustentável, parece querer dar uma ideia de uma integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Entretanto, há uma dúvida em relação a qual ator caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração. Trata-se de sustentar o quê? “Futuro Comum” de quem e para quem? Nestas questões reside a principal base de conflitos entre aqueles que “disputam” a ideia e as práticas sociais a ela circunscritas.

Por outro lado, do ponto de vista empírico, diferentes modelos e experiências de desenvolvimento podem ser verificados, levando-se em consideração principalmente as propostas de transformações, empreendimentos, inovações em qualquer ramo de atividades produtivas, sejam elas rurais ou urbanas e que estejam voltadas para a melhoria da qualidade de vida de populações locais.

Partiremos do pressuposto de que o conceito de desenvolvimento, bem como seus processos concretos, não pode mais ser pensado a partir da ótica desenvolvimentista centrada apenas no progresso e na racionalidade econômica.

De acordo com Becker (2003, p.87):

Esse primado da racionalidade econômica pressupõe a transformação das outras racionalidades. Por isso, precisamos transitar do velho para o “novo” paradigma desenvolvimentista; do velho desenvolvimento econômico para o desenvolvimento sócio cultural; do velho capital físico para o novo capital social.

Becker (2003) sugere que as ações de desenvolvimento vão além da esfera produtiva, propondo pensar, portanto, as atividades econômicas a partir de diferentes dimensões nas relações entre Estado, esfera privada e sociedade civil. Segundo o autor, termos como cooperação, parceria, participação, integração ao lado de outros como consórcios, redes, arranjos de produção e inovação organizam

o discurso dos agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) do desenvolvimento e fundamentam todo um imaginário em favor da diversificação e pluralização dos modelos de desenvolvimento.

Concordamos com Becker, quando afirma que a nossa preocupação não deve estar voltada somente para processos de desenvolvimento pautados sob uma lógica econômica. O crescimento e a produtividade devem ser compreendidos e analisados como atributos de organizações sociais coletivistas. É fundamental considerar, também, as dimensões sociais e culturais, as quais podemos citar as universidades comunitárias, as cooperativas, as redes de cooperação, os arranjos de produção e de inovação, os consórcios e os serviços. (BECKER, 2003).

Neste sentido, os processos de construção de desenvolvimento dependem,

Da capacidade política das instituições e organizações regionais para impulsionar estratégias de desenvolvimento; dos conhecimentos impulsionadores do desenvolvimento, que só podem ser empregados através das habilidades dos agentes regionais (BECKER, 2003. p.91)

Faz-se necessário considerar que o desenvolvimento demanda mudanças estruturais que ultrapassam o território local ou regional. Dessa maneira, para se alcançar o desenvolvimento, é preciso perceber o contexto amplo no qual se insere a realidade local e a articulação política em torno de mudanças contextuais. O desenvolvimento precisa de uma visão ampla, ou seja, precisa contemplar de forma dinâmica as dimensões social, cultural, econômica e ambiental como princípios integradores e geradores do futuro coletivo.

Aqui é importante evidenciar que a relação entre desenvolvimento e sociedade no pensamento e em práticas humanas já é de longa data, se levar em consideração os diferentes modos de produção e formas de intervenção e representação do homem sobre a natureza. Algumas perspectivas unilaterais previam a transformação das sociedades a partir de uma escala que iria de um estágio *inferior* para um estágio *superior*. Os princípios adjacentes nestas teorias pautavam-se sobre as noções de crescimento e progresso, tendo como modelo o desenvolvimento do continente europeu, e posteriormente, o modelo norte-americano.

Para Almeida (1997), a história da modernidade, ocorrida principalmente a partir da sociedade urbano-industrial, constitui-se de ideologias de desenvolvimento

centradas no crescimento econômico e no progresso, tendo como modelo os valores e julgamentos da sociedade europeia em detrimento de outras culturas, pautando a visão desenvolvimentista. Os modelos e ideologias de desenvolvimento que se seguiram buscaram “adaptar” os demais continentes aos já predominantes, não considerando os caminhos particulares que outros povos e civilizações seguiram em suas evoluções sócio-culturais. As ideologias e projetos desenvolvimentistas de diferentes países foram constituindo-se a partir das agências governamentais e de mercado, tendo como modelos “programas importados” dos continentes europeus e americano.

Segundo Almeida (1997, p.17-18):

Na década de 60, a via de desenvolvimento proposta ao Terceiro Mundo foi tomada emprestada daquela seguida pelas nações ocidentais, hoje consideradas ‘ricas’ ou “avançadas” industrialmente. Aos países mais pobres, para se tornarem também “ricos” e “avançados”, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais. O problema residia na maneira de transferir esse processo dos países avançados para os menos avançados. Essa questão deu lugar a numerosas teorias que, na sua aplicação, nenhuma mostrou eficácia.

De acordo com Hermet (2002, p.32-33), na América Latina, não foi diferente. Para o autor:

É neste contexto de consolidação do Estado e de suas agências econômicas onde aparece, a partir de 1945, a ideologia “desenvolvimentista” no sentido explícito, em um ambiente latino-americano caracterizado, além disso, por múltiplos retornos efêmeros a democracia. Surge sob a influência da reorientação da política estadunidense, que ocorre com o começo da guerra fria, e visa a usar a arma econômica para atrair a causa do mundo livre os povos deserdados da África, da Ásia e, é claro da América Latina.

As teorias que foram se constituindo acerca do desenvolvimento e os processos concretos ocorridos na América Latina demonstraram uma contradição e disparidade históricas entre o que os projetos oficiais e os agentes de mercado esperavam para o desenvolvimento destes países. Muitas dimensões importantes foram deixadas de lado nos programas. Neste sentido, questões sociais, ambientais e econômicas foram tratadas de forma superficial e fragmentadas.

Problemas que deveriam ter sido tratados e analisados em um contexto mais amplo, como o desemprego, por exemplo, eram tratados como uma questão

específica de cada setor produtivo e dificilmente como uma consequência imediata do crescimento econômico. O mito do desenvolvimento passou a ser desconstruído na medida em que as desigualdades passaram a se tornar cada vez mais evidentes.

A partir do momento em que deslocamos o desenvolvimento da esfera econômica produtiva para outras dimensões da vida social (política, ambiental e cultural) poderemos pensar em outro modelo de desenvolvimento. A questão colocada desta forma permite um avanço, mas não é suficiente para planejar as especificidades e necessidades de cada grupo social.

Quando se pensa em desenvolvimento, nos diferentes significados a ele atribuídos, nas distintas formas como cada processo compromete diferentes grupos sociais, percebe-se a complexidade e a abrangência desse fenômeno e sua importância na vida em sociedade. Inicialmente, considerado como sinônimo de crescimento, hoje incorpora aspectos fundamentais, como o ecológico, o ético e o político (FILLIPPIM, ROSSETTO, 2008, p. 135).

Becker (1997) sugere que um processo de desenvolvimento compreende diferentes esferas decisórias, configurando dimensões da vida humana ou campos de atuação distintos dos homens, as quais conformam estruturas organizativas: sociedade, instituições políticas, corporações econômicas. Nestas organizações constituem-se diferentes esferas de poder (econômico, ideológico e político) que se relacionam e, por vezes, se confrontam.

O desenvolvimento incorpora a prerrogativa da existência de protagonizar que, em uma ação integrada, traçam e executam planejamento capaz de promovê-lo. (FILLIPPIM, ROSSETTO, 2008). Assim, crescimento econômico e o desenvolvimento equivalem-se à forma como é feita a distribuição de renda de um país entre sua população.

Para analisar como ocorre o desenvolvimento social foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o IHD (Índice de Desenvolvimento Humano) que tem como objetivo avaliar a qualidade de vida da população nos diversos países. Para medir o IDH dos países consideram-se três critérios fundamentais e seus indicadores:

- Educação - alfabetização e taxa de matrícula;
- Longevidade – expectativa de vida ao nascer;
- Renda – renda per capita.

O IDH varia de uma escala de zero (0,00) até Um (1,00). Quanto mais um país atinge IDH próximo de um (1,00) tanto mais será considerado um país com desenvolvimento social elevado. Porém, quanto mais próximo de zero (0,00) maior será a carência social.

Portanto, quando se fala que há um grande índice de pobreza em países com forte crescimento econômico, percebe-se que economia e desenvolvimento social não seguiram paralelamente juntos. Nesta linha de pensamento, segundo a ONU (2008), pode se incluir o Brasil, um país que está entre as 15 maiores economias do mundo e tem uma das piores distribuições de renda do planeta.

É possível haver crescimento sem desenvolvimento, quando a economia é muito concentrada em alguns grupos privilegiados e a renda é mal distribuída, parte da população não é beneficiada com o crescimento econômico (PAULANI e BRAGA, 2000). O surgimento do IDH representou um avanço para instituições governamentais avaliarem como está o desenvolvimento social em seus países, na medida em que o mesmo deve ser verificado a partir dos indicadores já citados. Dessa forma, é um indicador que mede três eixos importantes da vida da sociedade como educação, saúde e bem estar (STEINER, 2006).

Os critérios para avaliar os índices de desenvolvimento social de um país são diferenciados quanto à avaliação local, no caso de um município, por exemplo. Neste, usa-se o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que leva em conta outros fatores que são evidenciados em um espaço menor. Para conferir o nível de desenvolvimento humano de municípios, as dimensões são as mesmas de IDH original. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta do IDHM são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. (BERNARDY; ZUANAZZI; MONTEIRO, 2008, p. 107).

A educação, por exemplo, que é medida nos países apenas a partir da taxa de matrícula, é suficiente para medir o índice de alfabetização da população, já nos municípios a opção usada é a frequência em sala de aula, que tem como referencial os dados censitários. Pretende-se desta forma conferir o número de pessoas do município que frequenta a escola em comparação à idade escolar.

No que diz respeito à longevidade, tanto no IDH nacional como no IDH-M municipal, usa-se o mesmo comparativo, a expectativa de vida ao nascer. Esse indicador mostra que quanto menor for a taxa de mortalidade nos municípios, maior será a expectativa de vida da população do país como um todo.

Quanto à renda per capita, torna-se inadequado usar os mesmos critérios do IDH nacional para os municípios, já que estes disponibilizam de outra forma arrecadar subsídios financeiros para sua manutenção. Enquanto nos países a renda per capita é obtida pela divisão do PIB (Produto Interno Bruto) entre a população, o que resulta na igualdade ou desigualdade social. Por outro lado, nos municípios toda a renda obtida dentro seus limites fica apropriada pela população, por isso torna-se inadequado o mesmo critério de avaliação da distribuição de renda per capita municipal.

O desenvolvimento de uma população seja ele social, econômico ou cultural, não podem ser baseado apenas em índices econômicos. É necessário avaliar como a população vive. Segundo Buarque (*apud*, SAQUET e SPOSITO, 2008, p.22), pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica, mas também, procurar contribuir para a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Especialmente com o aumento da complexidade para evidenciar as condições de vida de grupos sociais, eminentemente atrelado as condições econômicas, evidenciaram-se métodos que priorizam a verificação de indicadores sociais, entre os quais, o Índice de Desenvolvimento Humano. Este é verificado em todo o território nacional e permite efetivar comparações, inclusive em distintas temporalidades.

O desenvolvimento deriva de uma combinação de fatores favoráveis a algumas atividades específicas num determinado tempo e território, ou seja, os sucessos alcançados em um determinado território não podem se reproduzidos pelas políticas de desenvolvimento (SAQUET E SPOSITO, 2008. p. 22).

Combinar ações de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental deveria ser preocupação das diversas instituições governamentais e privadas, levando sempre em conta as particularidades e especificidades de cada local. A perspectiva de inserção de aspectos ecológicos, éticos e políticos longe de impor um padrão de desenvolvimento, já que é preciso considerar as particularidades sociais, culturais e ambientais de cada local, pressupõe a transferência da maximização da produção material pela maximização do bem estar geral, compatibilizando as necessidades sociais com a preservação da natureza (RAUD, 1998).

### 2.3. TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DO ESTADO

A relação entre espaço e sociedade é entendida como condição principal do desenvolvimento territorial. Em função de que com ações empregadas, o homem sempre espera respostas às necessidades que dele se exige. As delimitações e as dinâmicas espaciais acabam por se transformar num instrumento de controle do território através dos agentes norteadores.

Raffestin, no livro *Por Uma Geografia do Poder* (1993) afirma que espaço e território não são termos equivalentes. É necessário compreender que o espaço é constituído antes de se estabelecer o território. É a partir das ações empregadas por uma determinada sociedade, ou seja, das relações sociais, culturais, econômicas, políticas que o território é construído.

O território, na concepção de Saquet (2007, p. 51) “é organizado pela sociedade, que transforma a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente: significa relações sociais e complementaridade, processualidade histórica e relacional.”

O espaço, enquanto categoria é algo imaterial e está constituído de forma abstrata. A partir do momento que uma sociedade se apodera de determinado espaço e começa a estabelecer relações de domínio sobre o mesmo, passa a configurar um território, este é construído ao longo do tempo por meio das relações sociais ali estabelecidas. Portanto, não se pode pensar em território sem pensar em uma população, a qual vai determinar que tipo de relações serão estabelecidas e que atores sociais terão o poder sobre este território.

Saquet (2007) comenta que as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território. Se pensarmos o espaço abstrato sem nenhuma interferência humana, ele não contém relação de poder ou dominação, é a partir do momento que inicia um processo de formação territorial que vai se constituir o poder.

O território é, então, o espaço apropriado, é lugar de interrelações, relações sociedade natureza, homens-homens, em função disso, espaço de ação e de poder. Através das ações empregadas no território, o homem inicia uma relação de poder alicerçada em vários mecanismos, sejam eles sociais, econômicos, culturais ou naturais. Os agentes propiciadores dessas ações podem vir a serem os detentores do poder, pois buscam através das relações estabelecidas fortes vínculos que os

identifiquem com o território, muitas vezes estes agentes têm o consentimento da sociedade local.

Assim, os homens, ao firmarem um território, buscam organizar a sociedade de forma que se possa exercer domínio sobre determinado grupo e os recursos naturais. Evidentemente, a ideia que se têm quando da formação de um território seja a de desenvolver este espaço apropriado e ocupado, no entanto, sabe-se que o que mais se busca é a relação de poder sobre este território, sejam pelos recursos naturais ou humanos. Espera-se que em longo prazo este poder sobre o mesmo possa refletir sobre outros, consecutivamente, ampliando seus poderes de dominação por outros territórios.

Nesta perspectiva Raffestin, dispõe que,

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (1993, p. 7-8).

Os agentes sociais que representam a sociedade civil, atuando em parceria com os agentes políticos, acabam por configurar uma rede que associa projetos, articula iniciativas e mobiliza a comunidade local em torno da ideia do desenvolvimento aguardado. Para Raud (1988), o reconhecimento do papel desempenhado pelo território, é visto com um espaço de integração entre atores sociais que favorece a emergência de dinâmicas coletivas.

Com o avanço da expansão econômica ocorrida a partir da década de 1990, por meio da abertura de mercado, houve uma ampliação nas relações territoriais. Tomou-se consciência que o crescimento econômico e o desenvolvimento não ocorrem de forma isolada, é preciso pensar em contornos regionais e globais. O desenvolvimento depende do relacionamento em diversas escalas sendo: culturais, políticas, econômicas, ideológicas e ambientais, promovendo dessa forma um desenvolvimento multidimensional.

A busca pela concretização de condições de crescimento e de melhoria da qualidade de vida da população não é uma tarefa fácil, passível de isolamento, ou seja, almejar o desenvolvimento requer mais que vontade política ou social, requer

planejamento em várias escalas, as quais possam ampliar e atingir todos os segmentos da sociedade.

Assim, o desenvolvimento necessita de uma visão integrada, ou seja, precisa contemplar de forma ordenada e eficaz as dimensões locais, regionais e globais. Faz-se necessário considerar que o desenvolvimento demanda mudanças estruturais que extrapolam o território local ou regional. Dessa maneira, para se alcançar o desenvolvimento, é preciso perceber o contexto amplo no qual se insere a realidade local e a articulação política em torno de mudanças contextuais (RIBEIRO, 1991).

Ampliar e desenvolver a economia requer pensar na sociedade, em todos os aspectos possíveis. Quando se elaboram políticas voltadas para educação, saúde, renda, entre outros, o reflexo acontecerá no setor econômico. Souza (1995) refere-se a estratégias pensadas no desenvolvimento não meramente econômico-social, mas em estratégias que contribuam para a justiça social mais efetiva, sem considerar apenas o crescimento econômico e tecnológico.

Até meados da década de 1960, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Os economistas do desenvolvimento perceberam que o crescimento não gerava automaticamente justiça social (SOUZA, 1995, p. 101). Entretanto, no decorrer do tempo, a ideia de desenvolvimento foi gradualmente incorporando aspectos sociais, culturais, ambientais. No instante que deslocamos o desenvolvimento da esfera econômica para outras dimensões da vida social, poderemos pensar em um modelo amplo de desenvolvimento.

Assim, ações de articulação e informação que vêm ocorrendo em favor de iniciativas de desenvolvimento territorial, têm como centro as inovações na organização de políticas públicas, associadas à evidência das potencialidades locais bem como as particularidades de cada região.

Considerando as dimensões sociais do desenvolvimento e o perfil das soluções mais adequadas à realidade de cada território, a descentralização e o fortalecimento das representações locais oferecem uma nova perspectiva para o desenvolvimento. A busca por soluções para a efetivação de um desenvolvimento territorial requer uma noção de organização política, e essa organização emana determinado poder. Saquet (2007) considera que essas relações surgem em função da sociedade e dos atores sociais em cada contexto espaço-temporal.

Com base no discurso de proporcionar maior efetivação do desenvolvimento territorial, agentes políticos buscam a autonomia perante as esferas mais hierarquizadas, as quais condicionam estratégias de desenvolvimento mais complexas. O território é pensado como um espaço concretizado nas ações dos agentes sociais e políticos.

Neste cenário, as emancipações de pequenos municípios, como no caso Bom Jesus-SC, nos discursos dos agentes políticos e sociais, buscam determinada autonomia, a qual propiciará certo desenvolvimento local. Porém, normalmente, esta concepção restringe-se aos discursos, pois se trata de um processo complexo e difícil de ser implementado.

Souza argumenta que:

A autonomia constitui a base do desenvolvimento, este como processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, mas fértil, de discussão livre e racional por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado, das metas materiais e espirituais, da verdade e da justiça. (1995, p. 106)

Para o autor, a autonomia constitui possibilidades de efetivar um maior desenvolvimento, proporcionando mais igualdade e justiça. Entretanto, no Brasil, a descentralização municipal nem sempre significa autonomia, já que por vezes a legislação, tanto estadual como a federal, impedem as tomadas de decisões locais. Nesse panorama o desenvolvimento demanda a concretização de processos em um determinado território e que este está sujeito a diversas jurisdições.

Se uma cadeia produtiva, ao contar com políticas setoriais federais e estaduais, não obtiver respaldo nas legislações e incentivos municipais, se os órgãos de financiamento, fiscalização e regulação não entenderem os pressupostos da política, não preservarem os interesses individuais e coletivos e se o setor privado não visualizar consistência e segurança nessa política, dificilmente ela se consolidará (FILIPPIM; ROSSETTO, 2008. p.146).

Para que o desenvolvimento local ocorra é indispensável uma gestão do poder local que extrapole os seus limites e proporcione também um desenvolvimento regional, respectivamente, se isso ocorrer provocará um desenvolvimento em âmbito nacional. Já que na concepção de muitos autores que

estudam o assunto, o desenvolvimento não pode ocorrer de forma isolada. Não podemos pensar em desenvolvimento sem considerar as relações de poder que integram o território e o organizam de maneira que melhor convier para os agentes políticos, é fundamental considerar a população, seus anseios e necessidades.

No caso brasileiro, a partir da Constituição de 1988, o planejamento do desenvolvimento antes de ditado tradicionalmente pelo Governo Central, passa a observar competências e atribuições deixadas aos municípios. O novo modelo constitucional tira do setor público federal o privilégio exclusivo na condução dos assuntos relacionados ao desenvolvimento, reconhecendo a importância de outros autores e a ligação de propostas formuladas a partir do espaço local (FILIPPIM; ROSSETTO, 2008. p.136).

Pressupõe pensar que a sociedade é o foco dos interesses de vários agentes políticos, uma vez que ela transforma o território através do seu trabalho e utilizam os recursos naturais presentes no mesmo. Raffestin (1993) argumenta que, sem a população, o território se resume a apenas uma potencialidade, é ela que determina as relações que serão estabelecidas sobre o território e os processos de apropriação da natureza.

Nesta perspectiva, Gottmann, (*apud* SAQUET, 2007, p. 69) reafirma que o território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço tanto jurídica como cultural e economicamente. Os homens ao mesmo tempo em que organizam o território, também expressam o poder sob o mesmo.

Sabendo-se que o território é organizado pela sociedade que o ocupa, é preciso ter clareza que, é ela que, através dos agentes políticos, estabelecerá estratégias de desenvolvimento. Nem sempre o desenvolvimento territorial ocorre de forma homogênea, depende das atividades econômicas e das relações de poder alicerçadas no local favorecendo esta ou aquela classe social.

Neste sentido, o território significa economia, cultura, política e natureza: ambiente, chão, formas espaciais e relações entre sujeitos (SAQUET, 2007). O território se constitui a partir da movimentação da sociedade, direcionada sobre a noção de pertencimento local. Assim, pensar em desenvolver um local, demanda utilizar os fatores endógenos ao território, pois a forma de produção de cada localidade, as características tecnológicas, institucionais e os recursos locais

condicionam o processo de crescimento e podem proporcionar o desenvolvimento local.

Uma vez que a administração pública tem sido apontada como uma das protagonistas da promoção do desenvolvimento, esta deve direcionar planejamentos e ações, através das políticas públicas, que melhorem as condições das populações locais, tanto social como natural, cultural e economicamente (RIBEIRO, 1991).

Neste pensamento, o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital. Assim, as políticas públicas podem ser consideradas ações que determinam o padrão de assistência social praticada pelo Estado, voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à redução das desigualdades causadas pelo desenvolvimento sócio econômico (HÖFLING, 2001. p. 31).

Porém, a concretização do desenvolvimento não se fundamenta basicamente nas instituições governamentais, estas, não podem ser únicas a gerenciar e efetivar as políticas de desenvolvimento, as instituições privadas não governamentais também devem fazer parte deste processo, para que não aconteça de apenas uma instituição ser detentora do poder no território. Fica notório que é necessário entender o território como sociedade, identidade, cultura, produção, organizações políticas, natureza, todos os segmentos que precisam ser compreendidos e administrados.

Assim, desenvolvimento territorial e crescimento econômico podem ser aliados para a melhoria da qualidade de vida das populações, indiferente aos espaços geográficos. Para Saquet (2007), o desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os sonhos, as necessidades, os territórios, as territorialidades e a conquista de autonomia.

Visto dessa maneira, o desenvolvimento é um processo abrangente e socializador. Analisar as políticas públicas como um dos mais importantes instrumentos para sustentá-lo, viabilizando a atuação do Estado e da sociedade civil, garantido que cada um desempenhe o papel que ocupa no processo, pode-se imaginar as dificuldades encontradas atualmente para promover este processo. Ou seja, agrupar todos os envolvidos no processo de desenvolvimento requer

envolvimento, participação e compromisso de todos no planejamento e na execução dos projetos que possam contribuir para a efetivação do plano de desenvolvimento.

Todo esse discurso torna-se vazio, na medida em que a sociedade civil cobra do Estado uma política efetiva de desenvolvimento, mas não se compromete no gerenciamento dessas políticas. As instituições privadas compromissadas com o crescimento econômico deixam para o Estado a responsabilidade de promover a qualidade de vida das populações. Ou seja, compete ao Estado a adoção de políticas que proporcione o tão esperado desenvolvimento.

A consistência das políticas públicas ganha força quando se aprimora a utilização de todos os recursos produzidos no território. Admite-se, então, que o desenvolvimento é um processo lento, porém, constante, requerendo ativo compromisso de seus agentes políticos e ampla responsabilidade da sociedade civil, justificando-se uma constante busca pelo seu aprimoramento.

Nesse sentido, segundo Fischer (1992) o local é a singularidade, com história, identidade e práticas políticas determinadas. Como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas, socialmente construído. O local é a configuração espacial descentralizada da territorialidade global, o qual integra instâncias de controle, de poder e de estratégias próximas da população. Mais que território físico, o local constitui-se em lugar de manifestação política e discussão sobre questões sociais.

Nesse contexto, surgem várias alternativas institucionais de descentralização do desenvolvimento que procuram integrar as potencialidades do território local. Tais estratégias de desenvolvimento local podem destacar-se nas políticas públicas, na grande maioria ainda compensatória. Porém, esta concepção de políticas direcionadas a equacionar os desequilíbrios sociais, vem se destacando nas discussões em prol de obter um desenvolvimento social, econômico, político, ambiental e cultural.

Neste sentido, a interferência do Estado, formado por um conjunto de instituições permanentes, se faz presente nos discursos referentes ao desenvolvimento. “A intervenção estatal, via planejamento, é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos do processo de crescimento” (FREY, 2001. p. 7).

Pensar o desenvolvimento é buscar o reconhecimento do território enquanto expressão da identidade de uma população, valorizando suas características

socioculturais, ambientais, político-institucionais e econômicas, de tal forma que o processo de crescimento e desenvolvimento do território permita a interação destes elementos. O desenvolvimento local pode ser visto como um processo endógeno, onde os recursos presentes no local possam gerar um desenvolvimento abarcando o que o local tem para ser aproveitado, seja em recursos naturais ou humanos.

Neste sentido, Bava (1994, p. 7) afirma que “é possível enfrentar os problemas locais e implementar políticas sociais criativas e inovadoras, com a participação da população na gestão pública. A gestão pública passa a contar com a participação da população local nas decisões que dizem respeito às questões endógenas, tende a desenvolver processos que beneficiem a sociedade num todo. Nesta perspectiva, o desenvolvimento local é compreendido como resultado das forças produtivas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

Para Alba (2002, p. 40),

As funções do Estado não são funções apenas de cunho político, propriamente dito, mas também funções de cunho econômico, que são as funções que o Estado possui para assegurar as condições econômicas de produção, na medida em que a instância econômica não possui todas as condições desta reprodução.

Deste modo, as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local representam a atuação do Estado propriamente dito. A busca por uma identidade pertencente ao território é estratégia para pensar o desenvolvimento econômico aliado a outros setores que compreendem a sociedade no todo. Essas estratégias geralmente são gerenciadas pelos atores políticos e sociais, com a presença constante do Estado.

As relações de produção determinam a existência do Estado e ele próprio necessita fazer das relações econômicas base para as relações políticas, a fim de que ele possa dar conta de amenizar as contradições econômicas inerentes na própria sociedade. De tal modo que, “o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto” (HÖFLING, 2001. p. 33). O impacto das políticas públicas implementadas pelo Estado suporta o efeito de interesses diferentes, expressos nas relações sociais de poder.

Todo esse processo leva ao que Santos (2004, p. 247) denomina *produtividade espacial* e a *guerra de lugares*. Assim, para o autor, os lugares “se especializam, em função e suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social”. Cada lugar assume, portanto, uma determinada

racionalidade local contrapondo-se à tendência de ordem global de integrar as racionalidades locais.

Todavia, o Estado pensado enquanto um gerenciador do território elabora e promove ações que possibilitem o desenvolvimento do mesmo. Segundo Souza (1995), o Estado sob a ação dos governos acaba sendo o promovedor do desenvolvimento, baseando-se na economia gerada no território. Mesmo que, por vezes, seja pelo intermédio de instituições privadas ou pela própria atuação do Estado. Isso não quer dizer que suas ações serão desenvolvidas e alcançadas na mesma uniformidade para todas as partes.

Nesse ponto de vista, fica evidente a necessidade de políticas pautadas na articulação dos distintos níveis de governo e, sobretudo, de envolvimento efetivo daqueles que sofrem os impactos dessas políticas. Entende-se que a modificação social de uma determinada realidade territorial é plausível quando o poder local deixa de ser tradicional e se disponha a adotar novas estratégias de articulação da governança de forma a garantir a governabilidade fundada em critérios de efetividade e relevância (BECKER, 2003. p. 144).

Assim, a conjugação das diversas esferas públicas e privadas no território, aliada a participação das organizações sociais, torna-se subsídio importante a considerar quando se discute o desenvolvimento econômico e social, consecutivamente, podendo promover o desenvolvimento regional.

Evidentemente, que as dificuldades encontradas em um local, regional ou mesmo a nível nacional não vão ser resolvidos apenas pela atuação do Estado ou do mercado. É necessário um acordo que defina a função do Estado, a qual possibilite condições básicas de cidadania, que garanta a liberdade de mercado, e que admita a participação da sociedade civil.

Todavia, pensar na promoção do desenvolvimento sob uma visão do papel do Estado e do mercado, é também identificar a importância do entendimento da dinâmica e das forças que interagem em sua construção.

A ideia retira do governo a responsabilidade isolada de promulgar o desenvolvimento em um território, cabendo-lhe a responsabilidade de articulá-lo, conduzi-lo e fornecer os instrumentos legais necessários a sua regulamentação e fiscalização. Nesse ponto, chega-se ao âmago de um processo de desenvolvimento e que, coordenado pelos governos, possibilita essa concertação indispensável ao

desencadeamento das políticas públicas (FILIPPIM; ROSSETTO, 2008. p. 142).

Pensar que o Estado pode resolver todas as questões intrínsecas ao território de sua abrangência é um tanto desconexo, já que os locais possuem suas próprias especificidades e as ações se desencadeiam diferentemente. Neste pensamento, o Estado, as instituições privadas e não-governamentais, deveriam pensar o desenvolvimento e o crescimento econômico de forma diferenciada.

O Brasil por ser um país continental não pode ter políticas públicas iguais para todas as regiões, locais e diferentes populações. Há uma diferencialidade econômica, política, cultural e ambiental ampla no Brasil. As particularidades de cada local aliados à identidade da população, necessitam ser vistas com diferentes olhares. Da forma que o Estado vem pensando as políticas direcionadas para a população, os desequilíbrios sociais tendem a permanecer.

Do ponto de vista do poder local, é possível a articulação de esforços em torno de uma visão de coletividade, respeitando as particularidades e contando com as forças endógenas do local, desde que se considere que o desenvolvimento demanda mudanças estruturais que ultrapassem o território local ou regional. O desenvolvimento, então, pode ser considerado um processo ativo e permanente que exige compromisso de seus atores políticos e sociais, reforçando a constante busca pelo seu aprimoramento de caráter multidimensional, conforme descrevemos anteriormente.

### **CAPÍTULO III**

#### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE BOM JESUS APÓS A EMANCIPAÇÃO**

O conceito de políticas públicas consideradas por alguns autores tem relevância pelo seu caráter público, no diálogo entre Estado e sociedade civil, onde as estâncias dos órgãos dos poderes executivos, legislativos e judiciários, contêm o papel de formuladores de tais políticas públicas (SPÓSITO; CARRANO, 2003). Estes órgãos tornam-se os representantes da sociedade civil na fiscalização dos serviços prestados pelas instituições políticas ou no cumprimento das políticas públicas.

Considerar as políticas públicas como simples programa de diminuição dos problemas sociais resultará em uma imagem alterada e reducionista da realidade que envolve os interesses tanto do Estado quanto da sociedade civil. A concepção que se tem da construção de uma sociedade, deveria ser expressa na forma de fazer as políticas públicas democráticas, as quais reconheçam o cumprimento dos direitos negados a eles, como educação, saúde e trabalho (SPOSITO; CARRANO, 2003). É função do Estado, como agente governamental, formular políticas públicas em consonância com as necessidades e reivindicações de diferentes grupos sociais.

Neste sentido, a visão e os projetos de desenvolvimento dever ser ampliados para além do crescimento econômico, buscando com isso alcançar desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar o ambiente natural (KLIKSBURG, 2001).

Assim, um município deve ser gerenciado a partir de políticas públicas efetivas de Estado, políticas que envolvam toda a população. Quanto à área de educação do município em questão, após sua emancipação, houve um elevado crescimento no número de alunos, porque o acesso da educação ficou facilitado ou porque houve um aumento no índice populacional local, neste último caso os dados não evidenciam um aumento expressivo. Pensamos que a educação se tornou de acessível, isso em contexto nacional, inclusive pelas medidas de ordem federal que asseguram gratuidade e acessibilidade a todos na educação, segundo a Constituição Federal de 1988. Quanto à área de educação, como pode ser visualizado nos Quadros 3 e 4, observam-se dados referentes a 2005 e 2008.

Pode ser percebido um aumento no número de atendimentos mensais quanto ao transporte escolar, merenda e material didático, já que quando da

emancipação, em 1995, o distrito contava com três escolas municipalizadas e um colégio estadual com primário, ginásio e segundo grau (DOCUMENTO REFERÊNCIA DE EMANCIPAÇÃO, 1995). Atualmente, a prefeitura administra uma Escola de Ensino Fundamental e a Creche Municipal que atende alunos da rede urbana e rural, conforme pode ser observado na Foto 8 e 9, além, do município contar com uma escola estadual que é mantida pelo governo do estado.



Foto 8 – Escola Municipal de Ensino Fundamental - Gilberto Tavares  
Fonte – Arquivo Pessoal.



Foto 9 – Creche Municipal Fada Madrinha  
Fonte – Arquivo Pessoal.

Quadro 3 – Educação – Média mensal<sup>1</sup> de atendimentos – 2005

Tipo	Origem Recurso	Rede de Ensino	Nº.	
			Beneficiários/Mês	
Transporte escolar	Federal – Estadual e Municipal	Municipal	86	alunos
		Estadual	152	alunos
Merenda escolar	Federal e Municipal	Municipal	255	<sup>3</sup> alunos
		Estadual	280	alunos
Material didático	Federal e Municipal	Municipal	255	alunos
<b>Números de alunos da rede de ensino</b>				
Municipal		Estadual		
Pré – escolar	98	Educação de jovens e adultos	00	
Ensino fundamental	179	Ensino fundamental e médio	280	
Total	277	Total	280	
Total de alunos da rede de ensino 557				

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Sistema de Controle Interno.

Em análise ao Quadro 3, evidencia-se a atuação do Governo Federal e do Município quanto às políticas públicas relacionadas à educação, com destaque à disponibilidade de transporte escolar aos alunos do espaço rural, consequência da então nucleação das escolas. Como fator negativo, identificamos a ausência do atendimento na educação de jovens e adultos. Essa política de incentivo a educação de jovens e adultos é recente no Brasil, em consequência, temos a demora da efetivação dessa política em todos os municípios do país, inclusive no município em questão.

Através da Foto 10, podemos observar a frota do transporte escolar municipal, transporte ofertado aos alunos que frequentam a rede municipal e a estadual. Esses alunos residem na área urbana e rural do município, pois, com a nucleação das escolas, principalmente na área urbana, os municípios precisaram se adaptar e disponibilizar meios de transporte para que os alunos das áreas mais distantes, pudessem se deslocar para as escolas.

Quanto ao quadro 4 podemos identificar primeiramente o atendimento da merenda escolar, a falta do número de alunos atendidos pela rede estadual é consequência da desmunicipalização do atendimento. Os atendimentos desta clientela passaram a ser realizados pelo próprio Estado. Outra alteração observada é quanto aos atendimentos na educação de jovens e adultos que começou a ser praticada pela rede estadual, efetivando a política de incentivo a educação de jovens e adultos a partir de 2006.

<sup>3</sup> A média mensal de atendimento foi obtida somando-se o número mensal de alunos, dividido por 10 meses do ano letivo.



Foto 10 – Transporte Escolar Municipal

Fonte – Arquivo Pessoal.

Quadro 4 – Educação – Média mensal de atendimentos – 2008

Tipo	Origem Recurso	Rede de Ensino	Nº. Beneficiários/Mês	
Transporte escolar	Federal – Estadual e Municipal	Municipal	102	Alunos
		Estadual	172	Alunos
Merenda escolar	Federal e Municipal	Municipal	311	Alunos
		Estadual	-	Alunos
Material didático	Federal e Municipal	Municipal	311	Alunos
<b>Números de alunos da rede de ensino</b>				
		Municipal	Estadual	
Pré – escolar	83	Educação de jovens e adultos		21
Ensino fundamental	172	Ensino fundamental e médio		280
Total	255	Total		301
Total de alunos da rede de ensino 556				

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Sistema de Controle Interno.

Os dados de 2005 e 2008 identificam um número parecido de alunos matriculados, com certa diminuição do número de alunos na rede municipal e aumento na rede estadual, fato comum nos municípios catarinenses, devido à distribuição de agasalhos, mochilas escolares, materiais didáticos realizada pela Secretaria de Educação do Estado, além da disponibilidade do atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino. Isto evidencia, aparentemente, um

processo de políticas públicas direcionadas a melhoria da qualidade da educação e permanência dos alunos na escola.

Evidentemente, toda essa caracterização da educação é condicionada por leis que direcionaram políticas para a ampliação e melhoramento da educação brasileira, principalmente a nível municipal, pois a partir da aprovação da Lei Federal nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB passaram a determinar que no mínimo 25% das receitas fossem aplicadas na educação.

A Receita de Impostos e Receitas de Transferências, Receita de Multas e Juros e a Receita da Dívida Ativa acumulada no exercício 2010 totalizaram R\$ 6.806.625,30, base de cálculo para apuração do valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25%).

No que tange a saúde, outra área social importante para a população, temos os dados dos Quadros 6 e 7 também referentes aos anos de 2005 e 2008. Através de políticas públicas de Estado, também é obrigatório investir no mínimo 15% da receita municipal em ações e serviços públicos de saúde, índice estabelecido pela Emenda Constitucional número 029, de 13 de setembro de 2000.

Quadro 5 - Aplicação Bimestral Ações em Educação – 2010.

Bim	Receita	Valor Mínimo a Aplicar	Valor Líquido Aplicado	Somam-se as Perdas do FUNDEB		Superávit	Déficit
	Base de Cálculo					Déficit	
1°	1.014.986,93	253.746,73	160.821,78	117.064,71	7,38	24.139,76	2,38
2°	1.051.926,30	262.981,58	169.263,09	115.380,55	7,06	21.662,06	2,06
3°	1.190.264,93	297.566,23	216.125,40	138.850,13	9,82	57.409,30	4,82
4°	1.053.210,07	263.302,52	195.114,23	114.074,00	9,36	45.885,71	4,36
5°	1.081.807,62	270.451,91	207.229,03	116.261,43	9,90	53.038,55	4,90
6°	1.414.898,55	353.724,64	63.971,90	259.373,57	2,85	(30.379,17)	(2,15)
<b>Total</b>	<b>6.806.625,30</b>	<b>1.701.656,33</b>	<b>1.272.579,12</b>	<b>758.216,67</b>	<b>29,84</b>	<b>329.139,47</b>	<b>4,84</b>

Fonte: Relatório Bimestral C. Interno – Prefeitura Municipal.

Quadro 6 – Saúde – Média mensal<sup>4</sup> de atendimentos – 2005

Tipo	Origem Recurso	Nº. Beneficiários/Mês	
Agentes Comunitárias de Saúde	Federal e Municipal	770,0	Famílias
Médico – PSF	Federal e Municipal	426,0	Pessoas
Médico – fora do Município	Municipal	65,0	Pessoas
Fisioterapeuta	Municipal	33,0	Pessoas
Odontólogo	Federal e Municipal	232,0	Pessoas
Psicólogo	Municipal	32,0	Pessoas
Concessão de Medicamentos	Federal, Estadual e Municipal	1.101,0	Medicamentos

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Sistema de Controle Interno.

Através do Quadro 6 podemos observar que, embora de pequeno porte, o município em questão tem disponibilizado aos seus munícipes diversos profissionais da área da saúde, seja através de convênios federais/estaduais, ou através de investimentos próprios. O atendimento tem chegado também aos munícipes do espaço rural através de 9 (nove) agentes comunitárias de saúde – um para cada comunidade – servidores contratados para atender ao Programa da Saúde Familiar (PSF), programa desenvolvido desde o ano de 2001.

Quadro 7 – Saúde – Média Mensal de Atendimentos – 2008

Tipo	Origem Recurso	Nº. Beneficiários/Mês	
Agentes Comunitárias de Saúde	Federal e Municipal	743,0	Famílias
Médico – PSF	Federal e Municipal	467,0	Pessoas
Médico – fora do Município	Municipal	129,0	Pessoas
Fisioterapeuta	Municipal	67,0	Pessoas
Odontólogo	Federal e Municipal	377,0	Pessoas
Psicólogo	Municipal	32,0	Pessoas
Concessão de Medicamentos	Federal, Estadual e Municipal	1.256,0	Medicamentos

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Sistema de Controle Interno.

Os dados apresentados no quadro 7, conforme podemos identificar, não apresenta mudanças no “tipo” de atendimento disponibilizado no município e

<sup>4</sup> A média mensal de família/pessoas atendidas foi obtida somando-se mensalmente os atendimentos e dividindo-se pelos 12 meses do ano.

basicamente a “Origem dos Recursos” tanto em nível de convênio federal como em nível de convênio estadual não sofreram alterações.

No comparativo do ano base 2005 com 2008, no entanto, observamos um aumento considerável nos atendimentos médicos fora do município (98%), atendimentos fisioterapeúticos (103%), atendimentos odontológicos (62%) e ainda aumento na concessão de medicamentos gratuitos (14%). A elevação dos percentuais de atendimentos, possivelmente, decorre da melhoria na estrutura física disponibilizada aos munícipes, tais melhorias podem ser observadas nas Fotos 11 e 12.



Foto 11 – Posto de Saúde – 2000  
Fonte – Arquivo Pessoal.

São políticas públicas importantes, sejam elas asseguradas por leis ou não. Nesta perspectiva, a população local tende a garantir seus direitos e ter acesso à saúde pública no próprio município, aspecto fundamental do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional.

Outra área de suma importância para a população local é a da assistência social. A Prefeitura Municipal, através desta secretaria, disponibiliza vários tipos de atendimentos, como pode ser observado nos quadros 8 e 9. Essas políticas não resolvem totalmente os problemas sociais que decorrem da falta de recursos por parte da população, mas ameniza, segundo alguns depoimentos. Neste sentido, é que as ações de Estado não podem ser vistas separadamente, pois agem na

sociedade inteira, conseguem dar sustentação e inclusão às camadas sociais pobres (ALBA, 2002,).



Foto 12 – Posto de Saúde – 2010  
Fonte – Arquivo Pessoal.

#### QUADRO 8 – Assistência Social – Média mensal de atendimentos – 2005

Tipo	Origem Recurso	Nº. Beneficiários/Mês	
Clube Mães - 9 grupos	Municipal	187,0	Pessoas
Conselho Tutelar	Municipal	06,0	Pessoas
Grupo de Idosos - 1 grupo	Federal e Municipal	89,0	Pessoas
Cesta Básica – trabalho por alimento	Municipal	17,0	Pessoas
Cesta Básica – emergencial/enfermos	Municipal	2,0	Pessoas

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social – Sistema de Controle Interno

Através dos atendimentos apresentados no Quadro 8 verificamos que os trabalhos sociais básicos estão sendo realizados no município, inclusive no espaço rural através dos clubes de mães presentes em 8 (oito) das 9 (nove) comunidades. São todas iniciativas do município, pois identificamos apenas uma parceria, em 2005, com o Governo Federal.

Quadro 9 – Assistência Social – Média mensal de atendimentos – 2008

<b>Tipo</b>	<b>Origem Recurso</b>	<b>Nº. Beneficiários/Mês</b>	
Bolsa Família	Federal	180,0	Famílias
Clube Mães - 9 grupos	Municipal	179,0	Pessoas
Conselho Tutelar	Municipal	46,0	Pessoas
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	Federal	210,0	Famílias
Grupo de Idosos - 1 grupo	Federal e Municipal	199,0	Pessoas
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Federal e Municipal	50,0	Alunos
Pró – Jovem	Federal	11,0	Pessoas
Cesta Básica – trabalho por alimento	Municipal	13,0	Pessoas
Cesta Básica – emergencial/enfermo	Municipal	12,0	Pessoas

Fonte: Secretaria de Assistência Social – Sistema de Controle Interno.

Ao analisarmos o quadro 9, fica evidente que ocorreu um aumento significativo no número médio de atendimentos, principalmente do Conselho Tutelar, (acima de 700%), participação mais efetiva do grupo de idosos (124%) e também um acréscimo no atendimento de cestas básicas (32%). Índices superiores aos 12% do aumento populacional, ocorrido no mesmo período, o qual passou de 2.046 para 2.296 habitantes (IBGE).

Contudo, mudanças mais expressivas percebidas na assistência social são; a criação do programa bolsa família, do programa pró – jovem e, principalmente, do programa CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Esse serviço público possui estrutura física própria, como pode ser observada na foto 13, o qual é destinado, principalmente, a atender a população mais carente do município. Assim, das nove iniciativas identificadas em 2008, o município está presente em seis, ou seja, na maioria dos programas.

Ainda referente às políticas públicas temos trabalhos realizados na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e na Secretaria de Habitação. Os atendimentos são demonstrados a seguir nos quadros 10, 11 e 12. Essas secretarias são responsáveis pela manutenção das estradas, coleta de lixo, distribuição de água, limpeza de terrenos e ruas, e pela facilitação da aquisição da casa própria.



Foto 13 – Centro de Referência de Assistência Social - 2009  
Fonte – Arquivo Pessoal.

Como pode ser visualizados no quadro 9, somente há dados referentes a 2008, já que os levantamentos começaram a ser registrados muito recentemente na Secretaria de Obras e Urbanismo.

Quadro 10 – Obras e Urbanismo – Média mensal de atendimentos ano 2008

Tipo	Origem Recurso	Nº. Beneficiários/Mês	
Limpeza de Ruas	Municipal	08	Km
Coleta de Lixo	Municipal	410	Residências
Limpeza de Fossa	Municipal	14	Residências
Manutenção de Estradas	Federal – Estadual e Municipal	125	Km

Fonte: Secretaria de Obras e Urbanismo – Sistema de Controle Interno

O quadro demonstra atendimentos básicos disponíveis aos municípios, desenvolvidos com recursos municipais, exceto quanto à manutenção de estradas que, por vezes, ocorre com convênios a nível federal ou estadual. O município ainda não realiza a coleta de lixo em 100% de sua abrangência, uma vez que o espaço rural não recebe este serviço, exceto os vasilhames de insumos agrícolas que são de responsabilidade das empresas que fornecem os mesmos. O lixo orgânico é enterrado e posteriormente utilizado como fertilizante. Quanto à coleta de lixo, na cidade é realizada duas vezes por semana pela empresa Continental Obras e Serviços, atendendo 100% das residências. Na coleta do lixo urbano não há separação no município, tudo é transportado até a empresa para seu destino final.

No que se refere ao lixo hospitalar, o mesmo é coletado uma vez por semana pela mesma empresa, o qual é incinerado em lugar apropriado determinado pela própria prestadora do serviço.

No que se refere às políticas públicas direcionadas à habitação no município em questão, percebemos a aplicação de investimentos significativos, o que pode ser observado nos quadros 11 e 12, uma vez que 52 residências foram construídas e 45 receberam melhorias na sua infra-estrutura.

Quadro 11 – Habitação – Atendimentos em 2000

<b>Tipo</b>	<b>Origem Recurso</b>	<b>Nº. Beneficiários/Ano</b>	
Casas Populares	Federal e Municipal	30	Famílias

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – Sistema de Controle Interno

Quadro 12 – Habitação – Atendimentos em 2008

<b>Tipo</b>	<b>Origem Recurso</b>	<b>Nº. Beneficiários/Ano</b>	
Casas Populares	Federal e Municipal	22	Famílias
Melhorias Domiciliares	Federal e Municipal	45	Famílias

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – Sistema de Controle Interno

Nos anos de 2000 e 2008 foram construídos dois conjuntos habitacionais, o que pode ser observado nas Fotos 14 e 15. Se considerarmos um número aproximado de 270 residências (DOCUMENTO REFERÊNCIA DE EMANCIPAÇÃO, 1995) existentes no momento da emancipação, houve um aumento de aproximadamente 20% do número de residências.

Um fator interessante observado é que não há serviço de tratamento de esgoto, um dado típico do Brasil, já que cerca de 26,4% dos domicílios não possuem coleta de esgoto, segundo dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE (PNAD, 2007). Esse também é um dos problemas da população local, a qual não dispõe de tratamento de esgoto, consequência da ausência de políticas públicas nesta área. A questão do tratamento de esgoto no contexto nacional é algo preocupante, pois afeta milhões de brasileiros, que segundo a mesma pesquisa se essa questão fosse tratada como se deve, haveria uma diminuição de atendimentos na área da saúde pública, já que muitas doenças são causadas pela falta de saneamento básico.



Foto 14 - Conjunto Habitacional, 2000  
Fonte – Arquivo Pessoal.



Foto 15– Conjunto Habitacional – 2007  
Fonte – Arquivo Pessoal.

A energia elétrica distribuída no município provém da empresa Iguçu Distribuidora de Energia Elétrica LTDA., central elétrica localizada no município de Xanxerê (SC), a qual atende 100% da população local. O fornecimento de água é

realizado pela própria Prefeitura Municipal, a qual mantém toda rede hidráulica do município, atendendo toda a população que necessite destes serviços (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

As políticas públicas implantadas em Bom Jesus pós-emancipação, demonstram de certo modo, a presença do Estado na observância das necessidades básicas da população local, evidentemente, toda essa visão de melhoria na qualidade de vida, requer investimentos, que por vezes, o município não dispõe. Então, se faz necessário o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, principalmente, das esferas governamentais.

Todavia, algumas dessas políticas públicas exigem obrigatoriedade em suas aplicações, o que se converte em benefícios a população. Benefícios que são possíveis devido à proximidade do poder público e da população local. Deste modo, a emancipação proporcionou a população melhorias em vários setores, já que, se vinculou as políticas públicas a melhoria da qualidade de vida da população local.

As políticas públicas estabelecidas no município de Bom Jesus-SC, pós-emancipação, atendem as distintas modalidades de disposições institucionais com vistas à promoção do desenvolvimento, assegurar que além de considerar o contexto local, regional e nacional conjuntamente, promover a elaboração e integração das diversas políticas públicas que lhe darão suporte, é fator fundamental.

## **CAPÍTULO IV**

### **AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA E A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Neste capítulo, descrevemos os resultados alcançados na pesquisa empírica, de caráter exploratório, que utilizou como método o estudo de caso. A abordagem qualitativa buscou, a partir das categorias de análise identificadas na revisão bibliográfica, traduzir por meio dos questionários pré-estabelecidos a percepção da população a respeito da emancipação do município de Bom Jesus – SC e das ações implementadas. Objetivamos identificar a compreensão dos munícipes a respeito do processo de emancipação, seus efeitos positivos e negativos para o desenvolvimento local.

Foram levados em conta vários aspectos, tabulados e analisados conforme a necessidade de análise do objeto em questão. Partes dos dados foram representados por gráficos e outros apenas por análises descritivas, conforme o resultado de cada um deles.

Quando da formulação das questões, houve uma delimitação da amostragem. A preocupação central foi analisar a percepção da população perante a emancipação do município. Bom Jesus - SC conta com uma população aproximada de 2.296 habitantes, o campo de trabalho foi direcionado a uma parcela da população, sendo aplicado o total de 31 questionários entre os meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Para evitar qualquer identificação e resguardar o anonimato, os entrevistados foram nominados por sigla, sendo entrevistado E1,2,3... e assim por diante.

No decorrer das entrevistas ficou nítida a visão similar da população quanto às questões levantadas, dava-se a impressão que haviam sido combinadas as respostas, infrequentes foram às opiniões divergentes. Evidenciou-se que a visão econômica em relação à emancipação é fator primordial. Num segundo momento, a visão social também se manifesta e, mesmo ficando hierarquicamente abaixo da questão econômica, constata-se a visão e preocupação de melhoria nas áreas de educação e saúde, principalmente. Itens que serão especificados posteriormente.

Segundo Bernardy (2008), a criação de novos municípios está diretamente vinculada às distintas formas de ocupação, aos aspectos geopolíticos, à organização cultural, às características do espaço físico, ao desenvolvimento de atividades

econômicas e às identidades políticas regionais, em distintas temporalidades. Nessa tendência, com base em questionários aplicados, percebe-se que a população bonjesuense apregoa que a emancipação do então município foi positiva para que o local obtivesse o desenvolvimento que hoje apresenta.

A concepção de desenvolvimento local como um processo de desenvolvimento endógeno, ainda não se demonstra visivelmente na realidade da vida social. Este fato se dá em razão da distância entre as alternativas locais desenvolvidas e as políticas públicas e privadas que são concebidas por interesses e influências externas. Fato que foi evidenciado durante os questionamentos, pois a população tem ciência que tem direitos ao acesso dos serviços que contemplem as necessidades básicas, mas pouca consciência de sua participação nas formulações das políticas e ações voltadas para a ampliação destes serviços.

Ávila (2000. p. 138) afirma que a,

Concepção de desenvolvimento local só agora vem chegando à tona de maneira sistematicamente trabalhada, razão pela qual as instâncias públicas e privadas no Brasil e de quaisquer outros países ainda não tiveram oportunidade e sequer preocupação de vincarem a essência lógica do desenvolvimento local endógeno emancipatório em suas políticas e programações institucionais

Entretanto, percebeu-se que quanto mais próxima do poder público a população estiver, mais acessível será a prestação de serviços públicos. Sobre a questão: E se Bom Jesus ainda fosse distrito de Xanxerê, teria o atendimento que a população local dispõe atualmente? Dos entrevistados, 83% disseram que *não* e 17% que *sim*. Na visão da maioria, se a população ainda dependesse de Xanxerê certamente não teriam acesso aos principais serviços prestados pelo poder público atualmente.

Segundo o E1, “o atendimento melhorou bastante pelo fácil acesso nos serviços da saúde, da educação e serviço social, antes esses serviços a gente só conseguia em Xanxerê. Também, o E31 diz que, “pela distância as pessoas para serem atendidas precisavam ir até Xanxerê, o que para pessoas carentes era muito difícil, sem falar que o transporte também era complicado.”

Nesse contexto, evidencia-se que quanto mais distante espacialmente o poder público da população, mais complicada se torna a vida das pessoas, principalmente das que tem menor poder aquisitivo, pois não conseguem satisfazer

suas necessidades básicas. Na fala do E22, “o acesso das pessoas por estar mais perto do poder público facilitou de levar os problemas para a administração”. O E8 e o E14 compartilham que “com a emancipação passamos a ser atendidos mais de perto e, respectivamente, com a emancipação ficou mais prático, porque os recursos ficam aqui mesmo no município”.

A população entende que seus anseios são atendidos quando está mais próxima da administração pública. Mesmo os meios de transporte sendo modernos e ágeis, na atualidade, a distância também é fator identificado pela população como empecilho de acesso aos serviços que antes eram prestados pelo município de Xanxerê ao então distrito de Bom Jesus - SC. Isso significa dizer que, de alguma forma, a emancipação aproximou poder público e sociedade civil.

Dessa forma, a aproximação entre sociedade civil e administração pública permite estabelecer, pelo menos em tese, prioridades que considerem as necessidades que emanam da população local, bem como a melhor utilização e aplicação dos recursos disponíveis pelo município.

Todavia, o processo de emancipação apresenta divergências em seus resultados, já que, não satisfaz por completo todos os munícipes. Quando questionados sobre o resultado da emancipação, a maioria 62%, a considerou como sendo *bom*, 12% *ótimo* e 26% *satisfatório*, conforme demonstra o Gráfico II.

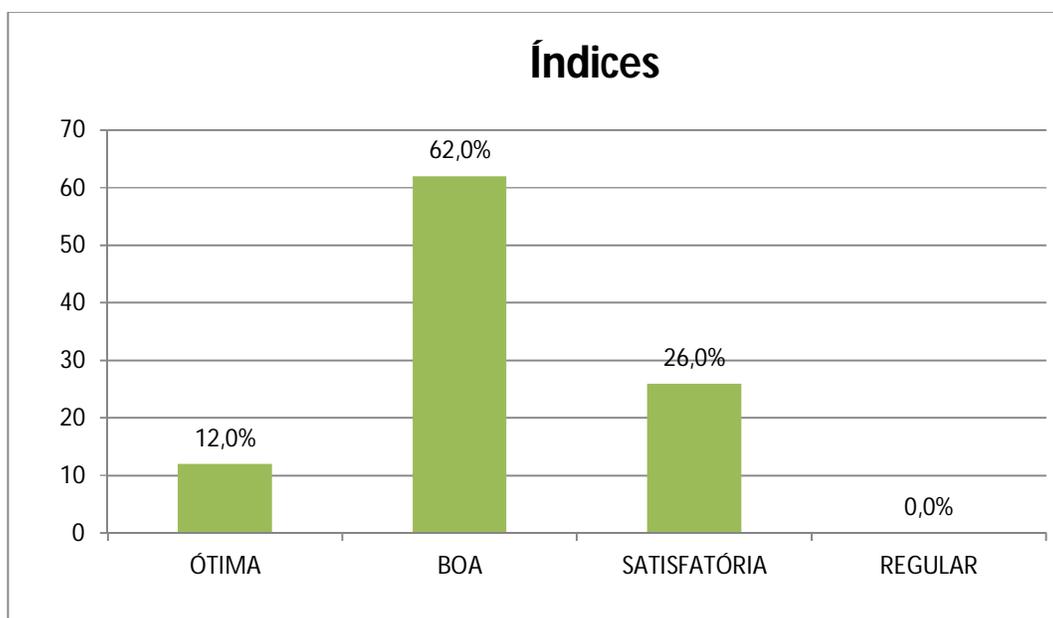


Gráfico II – Índice de avaliação da população pós-emancipação  
Organização: Sirlene F. Dall’Igna, 2011.

Ou seja, a população está contente com os resultados que a emancipação acarretou ao local. O E24 comenta que, “está tudo mais perto, o desenvolvimento também chegou até aqui, porque quando a gente tem saúde e educação, o lugar fica melhor de se viver”. Do ponto de vista bom, o E5 diz que, “a emancipação aproximou a população dos benefícios fornecidos pelo município”. Quanto ao resultado ótimo, segundo o E6 a, “emancipação oportunizou o crescimento econômico do local”. Já o E12 comenta que “cada município tem que andar com suas próprias pernas e isso só vai acontecer se a população e governo estiverem juntos”.

Na concepção que a emancipação foi satisfatória, o E24 e o E19 acordam, “que com a emancipação deveria ter mais emprego e que o município tem pouca renda para se desenvolver”. Ainda o E29, entende que a “emancipação tem mais interesse político envolvido do que preocupação com o bem estar da população. Bem se sabe que o processo emancipatório envolve inúmeros interesses, sejam eles de atores políticos ou sociais”.

Considerando que dos 5.564 municípios brasileiros, 58% deles possuem menos de 25 mil habitantes, ou seja, a maior parte dos municípios no Brasil podem ser considerados de pequeno porte (MOURA, 2009). O município em estudo faz parte deste cenário. Dos entrevistados, 84% consideram que emancipar um município de pequeno porte, como é o caso de Bom Jesus-SC, foi favorável e viável. Segundo os entrevistados fica ressaltada essa visão. O E17 expõe “justo por ser pequeno dá para atender melhor a população”, opinião que é partilhada com o E9, “a população do lugar hoje conta com posto de saúde, prefeitura, etc. o que favoreceu muito”.

No entanto, há aqueles que não percebem a emancipação como sendo positiva devido ao aspecto da dimensão territorial, 16% dos entrevistados defendem que o município quando é muito pequeno, não consegue se desenvolver, não sendo viável a emancipação. Para o E15, “Xanxerê sendo maior e mais rico, poderia auxiliar muito mais a população de Bom Jesus”. O E16 expressa que, “Bom Jesus é muito pequeno e as indústrias não vem, então não tem como se desenvolver”. Para o E12, “a emancipação pode se tornar um cabide de emprego”.

Na concepção da maioria, o atendimento à população em suas necessidades básicas é bom. Para eles, ter acesso gratuito à saúde e educação é um fator de suma importância, já que para manter estes serviços necessitaria de muitos

recursos, dos quais muitos não possuem. Então, se o governo local proporciona estes serviços à população local, satisfaz a maioria dos munícipes, revelando que quanto mais próxima a administração pública estiver da população, com aplicações dos recursos arrecadados, mais possibilidade há de ocorrer um desenvolvimento multidimensional, ou seja, econômico, político, cultural e ambiental, conforme descrevemos no capítulo II. O E12 expõe essa visão quando diz, “quanto menor o município mais fácil da gente conseguir as coisas fica fácil ter a saúde e a educação, até mesmo a assistência social, com pouca gente não precisa esperar muito tempo para ser atendido”.

Evidenciou-se que as melhorias mais citadas pelos entrevistados ocorreram nas áreas do atendimento às necessidades básicas, educação e saúde, conforme demonstramos no Capítulo 3 quando se referimos as políticas públicas estabelecidas após a emancipação. Considerando-se que todos os municípios são obrigados a investir 25% de sua receita em educação básica e 15% para a saúde, pressupõe-se que o princípio da legalidade tenha permitido que os gestores percebessem a necessidade de priorizar essas áreas. Além da obrigação legal dessa destinação de receita, os órgãos de fomento e as fontes financiadoras, como o Banco Mundial, têm condicionado, nas últimas décadas, a liberação de recursos aos investimentos dos municípios em educação e saúde (ROSSETTO; FILIPPIM, 2008. p.47).

Através dos depoimentos dos entrevistados também é possível observar o contentamento e a visão de aplicabilidade dos recursos no próprio local conforme demonstrado no Quadro 13, devido às melhorias proporcionadas pelas ações implementadas depois da emancipação. O E2 comenta que,

Melhorou porque o poder público estando mais próximo pode visualizar melhor as necessidades de sua população e aplicar os seus recursos, essas áreas que tiveram melhorias são áreas que já vem verba do governo federal, recursos para serem aplicados nelas. Na geração de emprego depende de negociações do poder público municipal.

O E1 entende que, “todas as áreas tiveram uma atenção maior, justamente pelo poder público estar perto”. Para o E31, “as pessoas passaram a receber os atendimentos no próprio município”. Nessa perspectiva, a avaliação que se faz é que a proximidade entre poder público e população, torna mais acessível o atendimento.

Isso faz com que pessoas sintam-se de certa forma mais resguardadas em seus direitos. Evidentemente, que a quantidade de atendimento é possibilitada através de recursos advindos das esferas federal, estadual e municipal, mostrando a importância de uma boa articulação política entre os diferentes níveis de poder, o que influencia diretamente na vida das pessoas.

Quadro 13 - Despesas liquidadas, exercício 2010.

FUNÇÃO	VALORES (R\$)	%
Legislativa	408.980,30	4,82
Administração	1.212.036,76	14,29
Seg. Pública	1.234,35	0,01
Assist. Social	523.782,58	6,17
Saúde	1.894.691,42	22,33
Educação	1.448.226,09	17,07
Cultura	7.900,00	0,09
Urbanismo	607.021,85	7,15
Habitação	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Agricultura	782.806,17	9,23
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	1.994,00	0,02
Transportes	1.091.180,92	12,86
Desporto e Lazer	203.782,81	2,40
Encargos Especiais	300.970,53	3,55
Reserva Contingência	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA LIQUIDADADA</b>	<b>8.484.607,78</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jesus- SC.  
Elaboração: Sistema de Controle Interno – 2010.

A questão de investimentos no território local pode ser percebida através do quadro 13 das despesas realizadas pela administração pública durante o ano de 2010, dados apurados durante a audiência pública efetuada no dia 24/02/2011. É inegável que as áreas da saúde e educação obtiveram maiores investimentos, consequência, talvez, de aplicações mínimas legalmente exigidas. Essa aplicação de recursos se reflete na opinião dos entrevistados, que percebem estas áreas como as que obtiveram mais investimentos e melhorias após a emancipação.

Também, evidencia-se através do quadro demonstrativo que a maioria das áreas apresentou investimentos, umas mais, outras menos. O nível de intensidade de aplicação de recursos é conforme a exigência da população ou da própria legislação. Entretanto, é aparente que as meras pressões por equilíbrio fiscal, por

vezes inibem a adoção de mudanças institucionais mais qualitativas e faz parte da administração pública municipal uma presa de práticas burocráticas. Essas práticas, construídas socialmente na trajetória política do país, coexistem e se confundem, desenhando maneira de ser e de agir da administração pública nas três esferas de governo. (ROSSETTO; FILIPPIM, 2008).

Sabendo que Bom Jesus - SC é um município pequeno e recente, não poderia se esperar que tivesse ocorrido um elevado desenvolvimento em todas as áreas, há municípios de maior porte que ainda não atingiram um grau de desenvolvimento perceptível, evidenciando sempre que o desenvolvimento não abrange apenas o aspecto social e econômico, mas, os aspectos, cultural, político e ambiental de um determinado território.

Neste sentido, faz-se necessário analisar o desempenho do poder público local aliado à sociedade civil diante da realidade em que o município se insere, além de verificar como os aspectos socioeconômicos têm contribuído ou dificultado o desenvolvimento de Bom Jesus.

É pertinente destacar que a participação da sociedade civil, na atualidade, no planejamento das ações públicas direcionadas à população local, é defendida por alguns autores como fator primordial do desenvolvimento local. Ávila (2000, p. 52) aponta que,

A participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é empenho pessoal por uma aprendizagem difícil de regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender.

Com a Constituição de 1988, abriram-se espaços na administração pública para a participação da sociedade civil nas decisões que tangem os interesses locais. As estratégias ou políticas de mobilização têm sido realizadas através de alguns programas que proporcionam a participação da população. Dentre elas estão: Audiências Públicas, Plano Plurianual (PPA) Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Lei Orçamentária Anual (LOA) e as Sessões Legislativas.

No caso de Bom Jesus, a população timidamente começa a fazer parte desses programas. Sempre que ocorrem as audiências públicas para apresentações das propostas, é enviado convite a todos os grupos sociais, como grupo dos idosos, associações de moradores, clube de mães, profissionais da educação, vereadores,

funcionários públicos, entre outros. Também é exposto no mural oficial da prefeitura e divulgado nos meios de comunicação escrita e falada. Timidamente porque são poucas as pessoas que comparecem nas audiências, por vários motivos, entretanto, a sociedade civil começa a se fazer presentes e isso tende a evoluir, já que, a população cada vez mais está exigindo respostas das administrações públicas.

Para Bernardy (2008, p. 213), essa questão é,

De ordem ética e política, mas necessita de solução técnica em prol de um desenvolvimento mais equilibrado e menos segregado. Dessa forma, o novo conceito de participação da população não consiste em um modismo, mas de uma necessidade que envolve a capacidade de *cidadãos multiplicadores compromissados* com o desenvolvimento local

Neste contexto inovador de se fazer administração pública, assim poderia se dizer, a população, sem dúvida alguma, poderia fazer a diferença no planejamento territorial local, já que é a ela que se destina a maior parte da preocupação quanto ao administrar localmente. Conforme essa visão de democracia, em que a própria população pode fazer parte das decisões que orientam o desenvolvimento local, pensado por atores políticos e sociais, foi questionada população de Bom Jesus quanto a sua participação de programas direcionados a aplicação de recursos no local.

Perguntou-se referente à participação da população nas atividades de planejamento realizadas pela administração pública municipal. O que não foi surpresa as respostas advindas, isso se refere à cultura do povo brasileiro de pensar que as formulações de políticas públicas e planejamentos territoriais são de responsabilidade dos gestores públicos, seus colaboradores e da própria iniciativa privada. Sendo assim, 65% dos entrevistados não participam das Audiências Públicas realizadas pela administração municipal, decorrente de vários fatores, que são desde a falta de interesse até a ausência de informação.

Segundo o E18, “falta de interesse mesmo, não me envolvo em política”. O E20 comenta que, “não tem vantagem, porque os vereadores fazem muito pouco e o que eles querem”. Tanto para o E3 e o E12, “faltam oportunidades, os horários são geralmente de dia e a gente está trabalhando, horários difíceis de ser compatíveis”. Nessas respostas observa-se que a falta de interesse é gerada pela falta de confiança que a própria população dispensa a questões que envolvem política,

percebe-se que isso não é culpa da população em si, mas da forma de fazer política no Brasil, a qual gera descredibilidade aos atores que a fazem.

Todavia, há aqueles que participam das atividades de planejamento no município, resultando em 35% dos entrevistados, um número relativamente bom, se pensarmos que essa concepção de participação popular é recente na história da política brasileira. Para o E6, “como munícipe essas são obrigações e dever de fazer efetivar os direitos da população”. Bem como o E14 que diz, “essas atividades servem para a gente tirar as dúvidas e para dar alguns esclarecimentos se for questionado”.

Numa visão teórica e empírica, na discussão democrática do desenvolvimento, o cidadão deve atuar como ator social do planejamento, ou seja, deve participar das discussões e das decisões de forma incondicional (BERNARDY, 2008). O E14 comenta que, “através das audiências públicas a gente fica por dentro de como está à administração e como podemos colaborar”. Visão essa compreensível, já que a participação da população pode contribuir com a gestão municipal, mesmo tendo alguns profissionais que pensam que a participação da população é tema de *esquerda* (BERNARDY, 2008).

Indiferente dos pensamentos de alguns atores políticos e sociais, a participação da população é absolutamente essencial na formulação de estratégias que busquem traçar metas pensada para o desenvolvimento local, pois, de certa forma, é essa população que irá usufruir ou não dos resultados dessas políticas.

Nas palavras de Ávila (2000, p. 70)

O fator endógeno [...] mais fundamental, é o potencial de capacidade que cada comunidade tem de despertar, mentalizar, mobilizar, mesmo que com algum tipo de “empurrãozinho” externo, e edificar paulatinamente o seu progresso em todas as dimensões (infra-estrutural, social, econômica, cultural, meio-ambiental, etc.). Este é o “estopim” de desencadeamento do processo de desenvolvimento local.

Nessa fala do autor pode se evidenciar no comentário do E25, “participo de tudo, me envolvo nisso porque faço parte da sociedade e moro nesse município”. O fazer parte é sentir-se integrante de um território é evidenciar a identidade. Todavia, quando se pensa em participação num sentido mais profundo, de partilha de poder envolvendo a formulação e a implementação de políticas públicas torna-se essencial

buscar mecanismos capazes de institucionalizar os processos participativos, de modo a assegurar-lhes capacitação, eficácia, continuidade e aprimoramento (BERNARDY, 2008. p. 207-208).

O Estado, enquanto gestão pública municipal necessita através de suas ações organizar o território local, de maneira que propicie um desenvolvimento multidimensional, efetivando assim avanços expressivos na qualidade de vida da população. Isso pode ser observado por meio dos questionários aplicados à população bonjesuense, pois, observou-se que com a emancipação, os recursos chegaram com eficiência até a população, através de bens e serviços prestados, a qual teve mais condições de acompanhar, exigir e propor melhorias para a gestão local, em função da proximidade do poder público.

Entretanto, mesmo havendo todas as melhorias mencionadas pelos cidadãos no período pós-emancipação, ainda assim, são apontadas as áreas que deveriam ter mais investimentos por parte do poder público. Evidentemente, é uma característica peculiar ao Brasil a questão de investimentos em áreas que a população considera de necessidades básicas, visão que se amplia conforme aumenta o acesso as informações.

Através do Gráfico III, é possível visualizar as áreas que a população aponta como indispensáveis e que precisam ter mais investimentos para melhorar a qualidade de vida da população local. As áreas indicadas pela população para ter melhorias não se diferem muito das que foram melhoradas com a emancipação, isso se deve ao fato de que a população considera a educação e a saúde como áreas primordiais para a melhoria da qualidade de vida e, claro, são áreas com obrigatoriedade legal da aplicação de recursos.

Dos entrevistados, 45% enfatizam que a educação e a saúde são áreas que sempre devem estar em pauta, pois são áreas que promovem uma melhor qualidade de vida. Segundo o E19, “essas áreas proporcionam bem estar à população e melhora o lugar”. Concepção que o E9 contempla, “todas as áreas são necessárias para que o município cresça e desenvolva com qualidade de vida para seus habitantes”.

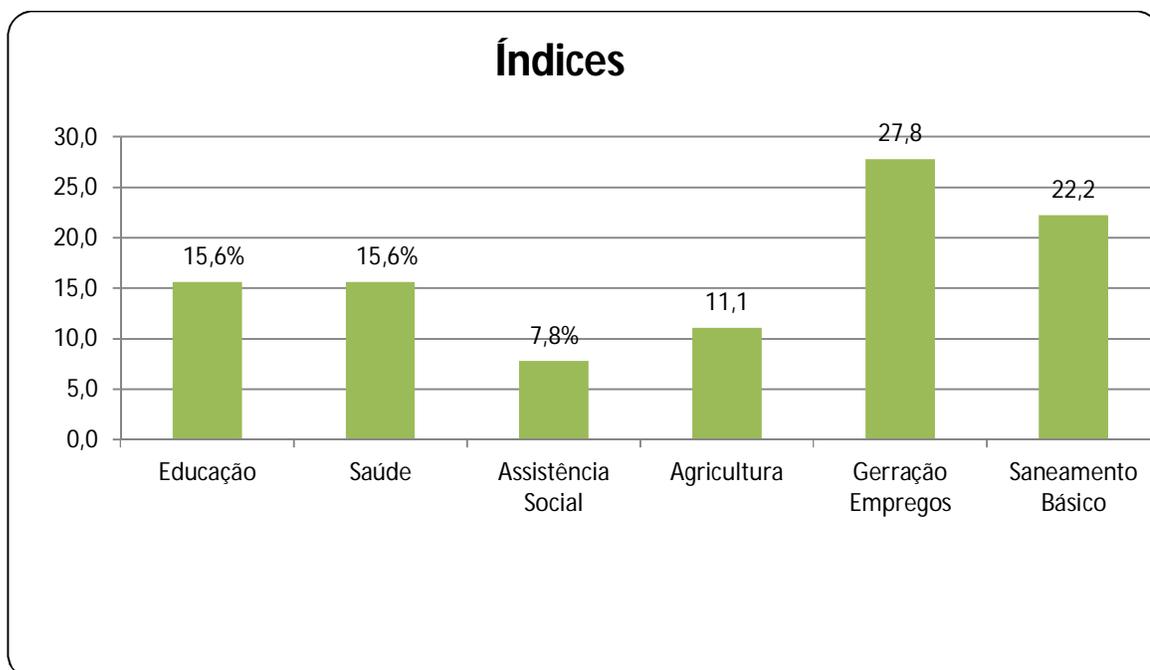


Gráfico III - Áreas indicadas pelos entrevistados para melhorias  
Elaboração: Sirlene F. Dall' Igna – 2011.

Quanto à assistência social, 7,8% dos entrevistados consideram que deveria ter mais investimentos principalmente para atender as pessoas carentes. Através do quadro 13, observa-se que esta é uma área que há um bom investimento por parte da administração pública, talvez por isso não tenha havido mais comentários, já que pelo valor gasto, a população está sendo atendida sempre que necessário.

Uma área muito importante para o município, sem dúvida alguma, é a da agricultura, 11,1% dos entrevistados comentam que a manutenção das estradas, máquinas e a prestação de serviços por técnicos são essenciais para o desenvolvimento do município, já que este tem na agricultura a principal atividade econômica. Para o E10 a, “a agricultura também traz desenvolvimento e porque no local a economia é agrícola”. Pelo quadro 13 também, é possível visualizar o grau de investimento nesta área, aplicação apropriada, já que se direciona a uma potencialidade do local, evidenciando que a ideia de desenvolvimento endógeno é viável.

Entretanto, as áreas que mais obtiveram ressalvas quanto aos investimentos, foram a do saneamento básico e geração de empregos. Quanto ao saneamento básico 22,2%, dos entrevistados apontaram como importante o olhar e investimento nessa área, pois, a mesma favorece a qualidade de vida da população.

Para Bernardy (2008, p. 169),

As redes de saneamento básico – coleta e tratamento de água potável e esgoto cloacal – tem influencia direta na preservação dos recursos naturais, os quais são finitos. Além do mais, expressiva parte das doenças atendidas nos hospitais é provocada pela carência ou má qualidade da água e pela degradação ambiental dos locais de moradia, decorrente do esgoto não tratado e do lixo exposto inadequadamente. Certamente, promover a conservação ambiental é essencial para que os municípios garantam seu abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes.

Nesta perspectiva, o apontamento desta área como relevante de investimentos por parte do poder público é um fato tanto quanto curioso e surpreendente, ao longo da pesquisa poucas vezes foi citado o saneamento básico como uma área de importância por parte dos atores políticos e sociais no processo de emancipação. Isso demonstra que a população está se preocupando com essa questão, a qual proporciona mais qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

Para o E2, “o saneamento básico ajuda a população a ficar menos doente e protege o meio ambiente, além de melhorar o desenvolvimento do município”. Na fala do E18, “a falta desse serviço traz muitas doenças e a cidade fica com cara de abandonada”. A questão da presença de doenças por falta de saneamento básico é diversas vezes mencionada por parte dos entrevistados.

Mesmo havendo um elevado investimento na área do urbanismo, como pode ser visualizado no quadro 13, nada destes investimentos foi direcionado ao saneamento básico em 2010, segundo a própria administração pública, não há redes de esgoto, nem estação de tratamento para o mesmo. Recentemente a responsabilidade pelo fornecimento de água foi transferida para a CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, atendimento que era gerenciado, anteriormente, pela própria prefeitura municipal.

Também, através do quadro observa-se que, no ano de 2010 não houve nenhum tipo de investimento na área da gestão ambiental, seria porque são áreas de pouca visibilidade política e social? Ou seria pelo pouco de tempo de emancipação e por isso o município ainda não apresentou problemas ambientais? Não seria então, o caso de exigir mais investimentos ou exigir ações institucionalizadas para este fim?

Um apontamento relevante quanto à questão da área de urbanismo é quanto aos investimentos, se não foram investidos em saneamento básico e em questões de ordem ambiental, então, onde foram investidos? A que se dizer que houve sim, investimentos nesta área, ainda que não tenha sido constatada esta área nas entrevistas, o investimento ocorreu juntamente com a área de lazer e esporte, como pode ser visualizado no quadro demonstrativo. Foram construídas duas praças públicas, conforme podem ser visualizadas nas fotos 16 e 17, sendo que em uma delas há uma quadra esportiva, essa infra-estrutura não havia antes da emancipação, porém, não está vinculada ao saneamento básico.



Foto 16 - Praça Pública Municipal - 2006  
Arquivo pessoal: Sirlene Fagundes Dall'Igna – 2010.

Analisando os dados obtidos, é possível observar uma tendência entre os entrevistados, a de escolher a visão econômica e a social para expressar sua concepção de desenvolvimento, há ausência de percepções quanto às questões cultural, política e ambiental. Para os mesmos, a visão econômica do desenvolvimento se explica na indústria como solução, no crescimento e no investimento em infra-estrutura, manifestando uma certeza que o desenvolvimento implica em esforços por trazer indústrias ao município.



Foto 17 - Praça Pública Municipal - 2010  
Arquivo pessoal: Sirlene Fagundes Dall' Igna – 2010.

De acordo com Nogueira (2003), a mudança em direção ao desenvolvimento depende da percepção que se tem acerca de qual é o principal problema de um determinado território. Deste modo, na percepção dos entrevistados, o maior problema de seu município é a falta de emprego, implicação da falta de investimentos nesta área, segundo eles.

Dos entrevistados, um percentual de 22,2% diz que o maior problema do município é a falta de empregos para a população local, o qual poderia ser resolvido com a instalação de indústrias. Na análise das entrevistas e no próprio diálogo durante as mesmas, percebeu-se que para a população o desenvolvimento do local ocorreria se a administração pública proporcionasse a implantação de indústrias no local, as quais ofereceriam empregos e mais geração de renda, permitindo a permanência das pessoas no município, o que significa uma concepção reduzida de desenvolvimento.

Segundo o E25, “para ser um município de verdade tem que ter emprego, as pessoas tem que sair fora para conseguir emprego e isso é ruim”. Também para o E5, “a geração de emprego pode conter a evasão dos jovens para outras cidades”. Sem dúvida alguma esta é uma questão fundamental para vários municípios do

Brasil, principalmente dos menores, pois, a falta de oportunidade de trabalho faz com que os jovens saiam de seus municípios de origem em direção a centros urbanos maiores.

Na visão do E14, “o que precisa é de projetos e organizar mais as despesas e aplicar melhor os recursos”. Opinião compartilhada pelo E12, “falta infra-estrutura para a geração de novos empregos, através de novas indústrias, tem que aplicar mais”. No entanto, são inúmeros os desafios que as localidades encontram neste setor, a falta recursos, de planejamento, de interesse das próprias indústrias em se instalar em pequenos locais e por vezes até a própria falta de mão-de-obra especializada dificulta esse processo

Neste sentido, Becker (2003, p. 21), comenta que,

Faz-se necessário considerar que o desenvolvimento demanda mudanças estruturais que extrapolam o território local ou regional. Dessa maneira, para se alcançar o desenvolvimento, é preciso perceber o contexto amplo no qual se insere a realidade local e a articulação política em torno de mudanças contextuais.

Logo, a problemática da geração de emprego não é somente local, mas sim, regional, nacional e até mesmo internacional, na atualidade a falta de trabalho é um problema que assola vários países. O próprio avanço do meio-técnico-científico-informacional possibilitou essa situação, pois, com a modernização dos meios de produção diminui a demanda da mão-de-obra humana nas indústrias, por exemplo.

Nesta circunstância, a noção da dinâmica do desenvolvimento não acontece de forma independente, algumas estratégias podem ser organizadas e praticadas a partir de decisões em nível local, porém, o desenvolvimento depende do envolvimento de diferentes escalas: federal, estadual, regional e municipal.

São necessárias alternativas pensadas no local e para o local, entretanto, não se pode deixar de analisar o contexto em que o local está inserido. Articular políticas que valorizem o que o local proporciona, pensando num desenvolvimento a partir das potencialidades do próprio território. Pensamento partilhado pelo E16, “as pessoas tem que ir trabalhar fora daqui e levam tudo de riquezas que poderiam ficar aqui, até o conhecimento destes vão embora junto, devido à falta de emprego”. Trata-se de perseguir um estilo de desenvolvimento endógeno, isto é, que respeite as particularidades e mobilize as forças de territórios construídos a partir de relações sociais e políticas de vizinhança e de reciprocidade (ROSSETTO; FILIPPIM, 2008).

Para a população do município em estudo, a falta de emprego é um dos entraves do desenvolvimento local, apesar de que, com a emancipação o crescimento do número de empregos aumentou, proporcionando uma melhor condição de vida, condição que antes a população não dispunha. Todavia, o contentamento da população é evidenciado no que tange às áreas da saúde, educação e assistência social.

Essas áreas são de suma importância para a percepção do desenvolvimento, segundo os entrevistados, o acesso a elas permite à população uma melhor qualidade de vida. As questões relacionadas à cultura, lazer, política, saneamento básico e meio ambiente ainda são pouco relevantes, mas começam timidamente, a aparecer nos discursos da população e dos próprios atores políticos.

O conceito sobre desenvolvimento tende, futuramente, a englobar todos os segmentos necessários para efetivar um amplo desenvolvimento, pois, quando a população começa um movimento em direção a uma mudança de comportamento, os atores políticos e sociais aspiram aproveitar o momento para alicerçar seus interesses, e isso acaba se tornando motivo de elaboração de novas políticas públicas e a população tende a usufruir destes feitos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa desenvolveu-se com a intenção de analisar como ocorreu o processo de emancipação de Bom Jesus-SC, verificando os atores envolvidos, as estratégias que ativaram a criação do município e os efeitos das políticas públicas implementadas. A atitude de buscar a emancipação do então distrito de Bom Jesus reuniu comerciantes, agricultores, lideranças públicas e sociais e demais indivíduos da sociedade civil em torno de um projeto que aspirava a coletividade.

A questão das emancipações ainda é muito complexa, tendo em vista os argumentos que a envolvem. De acordo com outros estudos realizados ao longo da pesquisa, a maioria dos processos emancipatórios tem como principal objetivo o desenvolvimento local. Presume-se que, com a emancipação, os problemas mais urgentes da população local serão resolvidos ou amenizados.

Porém, a solução de determinados problemas se tornam complexos, pois os municípios de pequeno porte dependem quase que exclusivamente de recursos de outras esferas. Nos processos de emancipação a própria legislação abranda a questão econômica, tornando-as por vezes secundária, o que talvez resulte não em desenvolvimento socioeconômico, mas sim, em um desenvolvimento baseado apenas no “contentamento” da população. Este contentamento foi perceptível nas entrevistadas, principalmente, no que tange as áreas da saúde e educação.

A busca pela emancipação deu-se em torno da visão de autonomia que o local exerceria com a gestão pública, pois, os recursos das esferas governamentais seriam destinados a atender as demandas da sociedade civil. Observou-se que estavam explanados os objetivos no processo de emancipação a perspectiva de melhorias socioeconômicas, logo, a questão política, cultural e ambiental não eram mencionadas, concepção equivocada de desenvolvimento. A visão do dinamismo da atividade agrícola, do comércio local e da aproximação do poder público em relação aos interesses e às necessidades da sociedade civil, foram simultânea a ideia da emancipação.

O que se percebeu ao longo da pesquisa é que não há total autonomia por parte do município, pois a gestão pública se vê atrelada a uma esfera de ordem maior, ocorre apenas à descentralização de funções, que após a emancipação passa a ser administrada “mais próxima” da população, promovendo assim a desburocratização na solução de problemas da população local, levando a mesma a

ter, normalmente, opinião favorável em relação ao atendimento, principalmente, nos serviços básicos.

A emancipação pode ser vista com uma alternativa para que as necessidades básicas da população sejam atendidas com maior eficiência, porém, isto não significa um amplo desenvolvimento local. A concepção de projetos de desenvolvimento deve ser expandida para além do crescimento econômico, procurando com isso alcançar certo grau de desenvolvimento, que envolva democracia participativa, cultura, política e equilíbrio do meio ambiente.

O desenvolvimento demanda políticas que incluam todos os segmentos da sociedade. A gestão pública, unicamente, não é capaz de atender a demanda de exigências da sociedade civil. Neste sentido, a presença da iniciativa privada, também, é fundamental para a concretização do desenvolvimento. Todavia, a presença do Estado no desenvolvimento local, sem dúvida alguma, é passível de reconhecimento, já que, proporcionam de certa forma, através das políticas públicas, condições de acesso as necessidades básicas da população. Bem sabemos que ao longo da história brasileira, o Estado esteve por vezes, oculto nos processos de desenvolvimento. Porém, o fato de elaborar políticas públicas direcionadas a população, demonstra certo grau de preocupação com a sociedade civil.

Segundo Rossetto e Filippim (2008, p.139),

A capacidade de articulação regional dos diversos setores públicos e privados no território, aliada a participação das organizações sociais, torna-se, dessa forma, elementos importantes a considerar quando se discute o desenvolvimento econômico e social e, por conseguinte, o desenvolvimento regional.

Assim, empregando diferentes estratégias para o alcance de um desenvolvimento local equilibrado, as experiências possuem em comum a integração de vários segmentos, a da participação do setor público e privado no direcionamento das ações das políticas públicas estabelecidas e implementadas de forma compartilhada, tanto de responsabilidade como em autonomia de decisão (ROSSETTO; FILIPPIN, 2008)

Entender o desenvolvimento como um processo abrangente e considerar as políticas públicas um importante instrumento para sustentá-lo, viabilizando a atuação do Estado e da sociedade civil, garantindo que cada um desempenhe o importante

papel no processo, pode-se vislumbrar as ações direcionadas a um efetivo desenvolvimento local. Se bem que, o que se observa é que inúmeras políticas públicas estão sendo formuladas e efetuadas de forma desarticulada e que, muitas vezes, elas se esbarram e acabam por desacelerar o desenvolvimento que poderia ser alcançado em determinados territórios.

No entanto, o que se percebe no caso de Bom Jesus, através das entrevistas, é que o Estado na presença da administração pública, está, não em sua totalidade, fazendo o seu papel de promover o acesso aos serviços básicos à população. Isso é demonstrado pela satisfação da população local com os serviços prestados pela administração pública municipal.

Embora os poucos progressos verificados nas atividades econômicas existentes no município, ficam evidentes as melhorias de alguns serviços públicos proporcionados a população. Assim sendo, é plausível concluir que, com a emancipação, os serviços de educação, saúde, infra-estrutura, apresentaram melhorias expressivas, identificadas a partir, principalmente, da percepção da população local e da quantidade de atendimentos realizados, conforme demonstramos no capítulo 3. As áreas de maiores atendimentos e maiores investimentos em 2010 ocorreram nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação e lazer.

Porém, vale salientar que há inúmeros obstáculos que dificultam o desenvolvimento do município de Bom Jesus, no sentido adequado do conceito, entre eles destacam-se: recursos financeiros limitados, falta de projetos mais amplos que valorizem as potencialidades do local, iniciativa do setor privado de alicerçar o processo de desenvolvimento e falta de uma maior participação da sociedade civil nas decisões que dizem respeito às ações direcionadas ao local.

Apesar disso, é admissível asseverar que, com a emancipação político-administrativa do município de Bom Jesus-SC, sucedeu avanços importantes dos serviços públicos. Também, pode-se perceber que o setor econômico obteve um aparente progresso, pois, antes da emancipação poucas eram as indústrias presentes no local, atualmente, existem mais frentes de trabalho para a população local. O que pode ser percebido no aumento da população do município, já que, quando há falta de trabalho a tendência é ocorrer à diminuição a população.

Sendo assim, conclui-se que a emancipação político-administrativa, no caso de Bom Jesus, foi importante para delinear um caminho para o desenvolvimento

local, que poderá em longo prazo se efetivar ou não. Partindo do pressuposto que a organização da sociedade civil articulada ao poder público local constitui fator basilar para a elaboração de estratégias viáveis ao desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

AIKA, Associação Indígena Kanhru. **Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena Xaçepó Municípios:** Entre Rios e Ipuacú. Região de Xanxerê. Período de 2005 a 2008. Acesso na internet em 12/01/2010 no site [www. Microbacias.sc.gov.br](http://www.Microbacias.sc.gov.br).

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano:** os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

ALMEIDA, Jalcione. A Problemática do Desenvolvimento Sustentável. *In.:* BECKER, Dinizar F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável:** necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997, p. 02-38.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. *In.:* **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 1, set. 2000.  
Disponível em: [www.desenvolvimentolocal.Ucdb.br/Revistainteracoes/n1](http://www.desenvolvimentolocal.Ucdb.br/Revistainteracoes/n1).

BADALOTTI, Rosana Maria. A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais, **Revista Grifos**, Chapecó, nº. 4, 1997, p. 21- 46.

BAVA, Silvio Cacca. Democracia e Poder Local. *In:* BOAS, Renata Villas. (Org.). **Participação Popular nos Governos Locais.** São Paulo. Insituto Polis, 1994.

BECKER, Dinizar F. Capital Social: uma nova derivação da economia de mercado. *In.:* CORREA, Silvio Marcus (Org). **Capital Social e Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 21-97.

BERNARDY, Rógis Juarez; ZUANAZZI, Jeancarlo, MONTEIRO, Ricardo Rodrigues. **Território, planejamento e gestão:** um estudo do Oeste Catarinense a partir da região da AMOSC. Chapecó: FIE, 2008.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e Ciências Humanas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRASIL. **Constituição:** República Federativa do Brasil de 1967. Art. 16. Congresso Nacional. Brasília, 1967.

\_\_\_\_\_. **Constituição:** República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Brasília, 2000.

CARRANO, P. SPOSITO, M. P.. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: ANPED. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 24, São Paulo:ANPED , 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escala de ação e instituições. 2 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DE SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Elias, GOMES, Paulo César da Costa Gomes e CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Beltrant Brasil, 1995.

FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa de Qualidade, 2002.

FILIPPIM, Eliane Salete, ROSSETTO, Adriana Marques.(Org.). **Políticas públicas, federalismo e redes de articulações para o desenvolvimento**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2008.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, ano IV, n. 9, 2º semestre de 2001.

GREMAUD, Amaury .TONETO JR. Rudinei. Descentralização e endividamento municipal: formas, limites e possibilidades. **Nova Economia**. Belo Horizonte, p. 109-130. jul/dez. de 2002.

HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 12- 39.

IBAM, **Revista de Administração Municipal**. Governo de Santa Catarina: mais perto das regiões e municípios. Ano 50. Nº. 253. mai/jun. de 2005.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 1996, 2000, 2006. pesquisa realizada na web em 08/01/2010.

\_\_\_\_\_, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2000. Pesquisa realizada na Web em 23/03/2010.

\_\_\_\_\_, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa sobre saneamento básico no Brasil 2007. Pesquisa realizada na web em 17/01/2010.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela; Silvana Cobricci Leit. São Paulo: Cortez. Brasília, DF. Unesco, 2001.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro. **As Políticas de Estado e a Formação Sócio-Espacial do Meio-Oeste Catarinense**: O Desenvolvimento Comercial em destaque. Egal2009. easyplanners.info. Acesso em 17/01/2010.

MARTINS, Hebert Toledo. PEREIRA, Ana Carolina Corrêa. A criação de Municípios no Brasil: o caso de Juatube e Santa Rita de Minas. *In.: Revista de Iniciação Científica*, Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva), 2001.

MORO JUNIOR, Enio. A afirmação dissimulada: o papel do Estado no desenvolvimento urbano brasileiro. **Impulso**, Piracicaba. 2006. p. 31-42.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local de desenvolvimento. *In.: ENDLICH, Ângela Maria e ROCHA, Marcio Mendes. (org.). Maringá- PR. PGE, 2009. p. 15-40 In.: Pequenas cidades e desenvolvimento local. (Org.). Maringá- PR. PGE, 2009. p. 15-40.*

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, nº.52, p. 185-202, 2003.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Relatório Sobre Desenvolvimento Humano**. 2007-2008.

PAIM, E. A. Síntese histórica da luta pela terra no Oeste de Santa Catarina. *In.: Pedro Uczai. (Org.). Os últimos 500 anos de dominação e resistência*. Chapecó: Argos, 2001, v., p. 83-107.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2000.

PINHEIRO, Ivan Antônio. MOTTA, Paulo Cezar Delayti. **Significado e Importância das Emancipações. Uma polêmica ainda não resolvida no Rio Grande do Sul**. 2004. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/publicue/cgi/cgilua/exe/sys/star.htm>. Pesquisa realizada na Web- 11/09/2008.

PINHEIRO, Ivan Antônio. MOTTA, Paulo Cezar Delayti. **Significado e Importância das Emancipações**: Uma polêmica ainda não resolvida no Rio Grande do Sul. 2004. Disponível em: [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br). Pesquisa realizada na web em 28/12/2009.

PIRES, Maria Soeli Simões. A ressemantização da autonomia municipal em face dos desafios contemporâneos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, Ano 38, jan/mar. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS. Encartes e Documentos Históricos do Município. Fornecido em 11/2009.

\_\_\_\_\_. Setor de Tributação. Dados fornecidos em 01/2010.

\_\_\_\_\_. Sistema de Controle Interno (SCI). Dados fornecidos em 01/2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. **Processo Emancipatório de Bom Jesus**. Florianópolis-SC, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: FRANÇA, Maria Cecília. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo: Ed. USP, nº. 34, 1991.)

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1999.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Município e Território: Dividir Por Quê? As Interpretações Geográficas Sobre A redivisão Político-Administrativa no Brasil. In: OLIVEIRA, Márcio Pinon; COELHO, Maria Célia; CORRÊA, Aureanice. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)**. RJ: Lamparina, ANPEGE, 2008, p. 175- 308.

SAVOLDI, Adiles. Olhares sobre a terra indígena Xaçecó: municípios de Ipuacú e Entre Rios/SC, **Cadernos do CEOM**. Ano 19, nº14-Cultura Material. 2006, p. 53-81.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes Perspectivas no Nível Internacional e no Brasil. *In.*: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Org.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In.*: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 78-108.

STEINER, João E., Conhecimento: gargalos para um Brasil no futuro: **Estudos Avançados**. São Paulo. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28628.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28628.pdf). Acesso em: 28 de novembro de 2010.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.17, nº48. São Paulo, 2002, p. 17-53.

TORRES, M. D. de F. Estado, Democracia e Administração Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, São Paulo: Autores Associados: 2003.

VERGARA, Silvia Constant. Características do mundo contemporâneo e as repercussões na gestão municipal. *In.*: VERGARA, Silvia Constant e CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. **Propostas para uma gestão municipal e efetiva**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 12-42

## **ENTREVISTAS CONCEDIDAS**

BRANDALISE, Ivair. Bom Jesus. 15 de janeiro de 2010.

MICHELIN, Getuliano. Abelardo Luz. 08 de janeiro de 2010.

NARCISO, Celso. Bom Jesus. 10 de janeiro de 2010.

NARCISO, Lucinda. Bom Jesus. 15 de janeiro de 2010.

SANTOS, Sebastião Wittes. Bom Jesus 15 de janeiro de 2010.

SOUZA, Clóvis Fernandes. Bom Jesus. 15 de janeiro de 2010.

## APÊNDICES

## APÊNDICE I

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1- Nome
- 2 Profissão:
- 3 Naturalidade:
- 4 Local de residência:
- 5 Há quanto tempo reside no município de Bom Jesus? É imigrante? De qual Município e Estado? Porque imigrou?
- 6 Como era o atual município de Bom Jesus enquanto distrito de Xanxerê? Havia outro nome desta localidade? Quais eram as principais atividades industriais, comerciais e agropecuárias da época?
- 7 Quais eram as infra-estruturas que havia no então distrito? Energia elétrica, água, hospital, escolas, telefone, estradas eram pavimentadas ou não?
- 8 O distrito oferecia os serviços mais necessários à população local? Como era o acesso a esses serviços?
- 9 Como era constituída a população local ou quais grupos étnicos formavam a população?
- 10 De que maneira surgiu a ideia de tornar o distrito um município? A população foi consultada para este feito? Em sua opinião porque essas pessoas foram às propulsoras deste processo de emancipação?
- 11 Quem foram às pessoas que organizaram/lideraram o movimento pró-emancipação?
- 12 O que elas faziam, quais eram suas profissões?
- 13 Quais eram as entidades/organizações/atores envolvidas envolvidos no processo de emancipação? (sindicatos, associações de moradores...)
- 14 Quais os argumentos/justificativas utilizados para o distrito se tornar um município? Por quê?
- 15 O processo de emancipação teve o apoio de toda a população local? Quem mais apoiou e por quê?
- 16 O número da população local aumentou após a emancipação? Por quê? Se aumentou, da onde vieram as pessoas?

**APÊNDICE II**  
**QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO DE BOM JESUS-SC**

1- Atualmente, com as políticas públicas, o município consegue atender melhor a população local. Neste caso, se Bom Jesus ainda fosse distrito de Xanxerê teria o atendimento que a população local dispõe hoje?

( ) Sim

( ) Não

Porquê?

---

---

2- Em sua opinião, a emancipação do município foi?

( ) Ótima

( ) Boa

( ) Satisfatória

( ) Ruim

Porquê?

---

---

3- A emancipação de um município do porte de Bom Jesus foi favorável para a população local?

( ) Sim

( ) Não

Porquê?

---

---

4- Em que áreas ocorreram mais melhorias após a emancipação?

( ) Saúde

( ) Educação

( ) Habitação

( ) Assistência social

( ) Geração de emprego

( ) Agricultura

( ) Rodovias e estradas

( ) Outras

Porquê?

---

---

5- Você participa das atividades de planejamento orçamentário, audiências públicas e até mesmo das sessões legislativas, promovidas pela administração municipal?

( ) Sim

( ) Não

Porquê?

---

---

6- Em sua opinião, qual área deveria ter mais investimentos para que ocorresse um melhor desenvolvimento local?

- ( ) Educação, desporto e cultura
- ( ) Saúde
- ( ) Assistência social
- ( ) Agricultura
- ( ) Saneamento básico
- ( ) Geração de emprego

Por quê?

---

---